



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

UMA AÇÃO INTERVENTIVA DO SERVIÇO SOCIAL COM AS CRIANÇAS
MORADORAS DO BAIRRO DAS CIDADES EM CAMPINA GRANDE/PB

CHIRLENE DA SILVA GRANGEIRO

CAMPINA GRANDE-PB
2011

CHIRLENE DA SILVA GRANGEIRO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

Uma ação interventiva do Serviço Social com as crianças moradoras
do Bairro das Cidades em Campina Grande/PB

Trabalho Conclusão de Curso (TCC) apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como
requisito para obtenção do título de Bacharela em
Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof^ª. Ms Ana Rita de Castro Almeida

CAMPINA GRANDE-PB
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Luiza Erundina – Serviço Social – UEPB

G757e Grangeiro, Chirlene da Silva.

Educação ambiental [manuscrito] : uma ação interventiva do serviço social com as crianças moradoras do Bairro das Cidades em Campina Grande/PB / Chirlene da Silva Grangeiro. – 2011.

83 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Ana Rita de Castro Almeida, Departamento de Serviço Social”.

1. Educação Ambiental. 2. Questão Habitacional. 3. Pró-Moradia. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 372.357

CHIRLENE DA SILVA GRANGEIRO

Trabalho Acadêmico Orientado (TAO) aprovado em 27/06/11

BANCA EXAMINADORA

Almeida

Profª Ms. Ana Rita de Castro Almeida

Profª do Departamento de Serviço Social (UEPB)

(Orientadora)

Ana Paula Silva dos Santos

Profª Ms. Ana Paula Silva dos Santos

Profª do Departamento de Serviço Social (UEPB) (Examinadora)

Miriam Cândido Burity de Oliveira

Assistente Social Miriam Cândido Burity de Oliveira

(Orientadora de Campo de Estágio)

DEDICATÓRIA

A minha orientadora Ana Rita por tão estimável auxílio, atenção, motivação e carinho transmitidos durante o tempo em que contribuiu para o meu aprendizado profissional, meus sinceros respeito, admiração e afeição.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fazer sentir sua doce presença todos os instantes da minha vida, dando-me o sustentáculo primordial, a fé, para alcançar todo e qualquer objetivo que meu coração possa almejar;

Aos meus pais, por serem o mentor da minha existência, me conduzindo ao caminho do bem e me motivando a caminhar;

Aos meus irmãos Herlândia, Hermano e Elson que, cada um a sua maneira, incentivaram-me a concretizar esse sonho;

Aos meus queridos avós (in memoriam) que sempre me valorizaram e acima de tudo demonstraram seu amor por mim, fazendo-me sentir especial e amada;

A minha querida orientadora Ana Rita de Castro Almeida, pela dedicação, e compreensão ao me orientar, acreditando em meu potencial e me incentivando a perseverar;

As companheiras da Equipe Técnica do Programa Pró-Moradia- Campina Grande: Eulâmpia Abrantes, Lúcia Alexandre, Graça Macário, Rosalva Macedo, Railda, Miriam Cândido e Ana Luiza; e as estagiárias: Marta e Wirline pelas experiências, conselhos e amizade;

Aos(as) filho(as) dos beneficiários(as) do Programa Pró-Moradia, em particular os(as) moradores(as) do Bairro das Cidades, os quais contribuíram satisfatoriamente com o desenvolvimento do projeto de intervenção;

As minhas queridas amigas que sempre acreditaram na minha capacidade;

A Alcione e Marta Abrantes, que colaboraram para a concretização deste trabalho;

Enfim, meus agradecimentos sinceros a todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para esta conquista! Tenham a certeza de que sem vocês não seria possível.

“O futuro não é algo que simplesmente acontece por si mesmo. Estamos criando o amanhã neste mesmo momento. Hoje em dia muitas pessoas sentem-se como meros espectadores dos fatos globais. Mas devemos aprender que todos nós somos atores e que estamos modelando nosso futuro agora mesmo”.

Jostein Gaarder

RESUMO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Uma Ação Interventiva do Serviço Social com Crianças Moradoras do Bairro das Cidades em Campina Grande/PB

apresenta uma experiência de intervenção do Serviço Social, vivenciada durante o processo de estágio supervisionado da autora, aluna do curso de Serviço Social da UEPB. Apesar de ter sido desenvolvida numa instituição ligada à questão habitacional, a CEHAP/PB, o objeto desta intervenção foi a educação ambiental e o seu objetivo geral desenvolver ações educativas a respeito da questão ambiental, com as crianças entre 9 a 11 anos de idade, moradoras do conjunto habitacional Bairro das Cidades. A metodologia utilizada foi dividida em dois momentos: a fase de preparação e a de execução propriamente dita, que se realizou em seis (6) encontros com um grupo de vinte (20) crianças. Cada um deles discutiu uma temática específica, mas, todas versaram sobre a questão ambiental e a preservação da natureza. A identificação do objeto trabalhado fundamentou-se na discussão contemporânea sobre os resultados da Conferência de Istambul que deram origem a Agenda Habitat e ao novo conceito de viver e morar bem. O discurso da sustentabilidade remete à importância da educação ambiental, que apesar de não se configurar como um campo de intervenção apenas dos assistentes sociais, é a ferramenta que pode contribuir na ação interventiva desses profissionais nos seus espaços ocupacionais.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Questão Habitacional, Pró-Moradia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABESS** - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BNH** - Banco Nacional de Habitação
- CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social
- CEHAP** - Companhia Estadual de Habitação Popular
- CNUMAD/92** - Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONAMA** - Conselho Nacional do Meio Ambiente
- COTS** – Caderno de Orientação Técnico Social
- CPDS** - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
- FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- GET** – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPMF** – Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras
- NBR** - Norma Brasileira Registrada
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PAIM** – Plano de Ação Imediata para Habitação
- PAR**- Programa de Arrendamento Residencial
- PHB** – Política Habitacional Brasileira
- Planasa** – Plano Nacional de Saneamento
- PNDU** - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
- PRÓ-MORADIA**- Programa de atendimento Habitacional através do Setor Público
- PSH** – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
- PTTS** – Projeto do Trabalho Técnico Social
- SBPE** – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
- SFH**- Sistema Financeiro de Habitação
- UFPB** – Universidade Federal da Paraíba
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
A QUESTAO URBANA NA INTERAÇÃO COM A QUESTÃO HABITACIONAL	
1.1 O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE QUESTÃO URBANA.....	14
1.2 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL.....	18
1.2.1 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES	23
CAPÍTULO II	
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - DEMANDAS ATUAIS	
2.1 A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO CAPITALISMO.....	29
2.1.1 O LIXO – UMA QUESTÃO AMBIENTAL.....	34
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA.....	37
2.3 – O SERVIÇO SOCIAL NA INTERAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE.....	40
CAPÍTULO III	
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
3.1 A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROGRAMA PRÓ- MORADIA.....	48
3.2 A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR DA PARAÍBA – CEHAP	50
3.2.1 AS AÇÕES DO PRÓ-MORADIA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE/.....	53
3.2.2 BREVE HISTÓRICO DO BAIRRO DAS CIDADES.....	55
3.3 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	55
3.3.1 O PROCESSO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS.....	68

INTRODUÇÃO

A questão habitacional referente ao déficit de moradias no Brasil não se restringe apenas a falta da habitação em si. Há uma série de fatores que se fazem necessários a uma moradia digna para o ser humano, porque é preciso viver e morar bem. O déficit citado é um dos itens da problemática urbana, que precisa ser enfrentado no contexto mais geral da sociedade capitalista, na atualidade. A qualidade de vida dos cidadãos na cidade é uma questão que requer a participação do poder público, em todos os níveis de governo.

O Estatuto da Cidade - lei nº 10.257/2001 - fixa normas nas quais o poder público deve regulamentar o uso da propriedade urbana, visando à segurança e o bem estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental. No artigo 182 da Constituição Federal que foi regulamentado por esta lei, a política de desenvolvimento urbano executada pelo poder público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Com base em Oliveira (2001, p.14) o planejamento urbano “deve ser entendido como processo construído a partir da participação permanente dos diferentes grupos sociais para sustentar e se adequar às demandas locais e às ações públicas correspondentes”. Assim, o planejamento deve ser construído pelo poder público e pela sociedade civil, destacando a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o atendimento de suas demandas.

Atualmente, no Brasil, o Ministério das Cidades é responsável por elaborar e programar políticas públicas para o meio urbano, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte. É importante evidenciar que esse direcionamento do Ministério coloca em ação uma nova perspectiva para a moradia, na medida em que trata de forma integrada a habitação, o saneamento e o transporte enquanto políticas públicas. Esta articulação foi um importante marco para a constituição da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, compromisso assumido pelo Governo Federal em 2003 com a implantação da Conferência Nacional das Cidades.

Fundamentada no debate acima exposto, durante o nosso estágio supervisionado em Serviço Social, desenvolvemos uma experiência na área de educação ambiental, junto às crianças com idade de 9 a 11 anos, filhos dos beneficiários do Programa Pró-Moradia residentes no conjunto habitacional Bairro das Cidades, Campina Grande-PB.

A idéia de construção de tal experiência foi elaborada a partir de nossa vivência no campo de estágio, durante nossa inserção enquanto estagiária do curso de Serviço Social da Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP. Neste órgão, passamos a acompanhar as ações ligadas ao Programa Pró-Moradia, que contemplará 1700 famílias com a construção de quatro conjuntos habitacionais (Colina do Sol, Três Irmãs, Novo Cruzeiro e Bairro das Cidades) na cidade de Campina Grande-Pb.

Desses quatro conjuntos, o Bairro das Cidades foi o primeiro concluído e entregue aos seus respectivos beneficiários, anteriormente selecionados. Após a sua ocupação, passamos a acompanhar o trabalho desenvolvido pela equipe técnico social e a identificar as demandas daquela população que ali chegava para morar. A partir dessa nossa inserção formalizamos o nosso projeto de intervenção, que teve como objetivo despertar nas crianças a responsabilidade com o equilíbrio do planeta, a partir do engajamento das mesmas, disseminando a idéia de preservação nas suas próprias famílias e na comunidade.

A execução do citado projeto deu-se em dois momentos. No primeiro, ou na fase de preparação, foram efetivados os contatos com a comunidade, com parceiros e colaboradores. No segundo, na execução propriamente dita do projeto, aconteceram seis (6) encontros com um grupo de vinte (20) crianças dispostas a serem “soldadinhos do meio ambiente”. Em cada um, foi trabalhada uma temática específica, mas, todas versando sobre a preservação da natureza, no período de 01 a 26 de junho de 2009.

Nossa ação interventiva fundamentou-se teórica e metodologicamente no pensamento de vários autores que estudam a vida nas cidades, suas demandas, as novas propostas da Agenda Habitat e da educação ambiental tais como: Bonduki, Gonçalves, Iamamoto, Netto, Leite, Silva, Soares e outros.

A síntese dos estudos realizados para explicar o nosso objeto de intervenção, serão apresentados a seguir, em três capítulos

No primeiro, denominado - A Questão Urbana na Interação com a Questão Habitacional - fizemos um apanhado do contexto histórico em que se desenvolvem as cidades, considerando a importância da Agenda Habitat que traz uma rica reflexão sobre assentamentos humanos e do Estatuto da Cidade como marco da reforma urbana no Brasil, além de um breve histórico sobre a habitação durante o crescimento das cidades. Destacamos ainda a maneira como os governos administraram a questão habitacional no decorrer da história.

No segundo capítulo, intitulado - Meio Ambiente e Sustentabilidade - Demandas Atuais - apresentamos um breve resgate da temática ambiental objetivando introduzir a idéia do desenvolvimento sustentável, um modelo de desenvolvimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico, uma vez que o modelo de desenvolvimento capitalista só contribui para a degradação ambiental, bem como buscamos discutir a interação entre Serviço Social e Sustentabilidade.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos o processo de construção e execução do projeto de intervenção - Proposta Interventiva do Serviço Social no Bairro das Cidades - que buscou desenvolver ações educativas a respeito da questão ambiental e da preservação da natureza com crianças moradoras do conjunto habitacional Bairro das Cidades. Discutimos ainda sobre a CEHAP, nosso campo de estágio, como instituição executora do Pró-Moradia.

CAPITULO I

A QUESTÃO URBANA NA INTERAÇÃO COM A QUESTÃO HABITACIONAL

1.1 O Debate contemporâneo sobre Questão Urbana

O direito à moradia adequada foi reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e assegurado no seu artigo 25, quando afirma que:

Todos têm o direito a um padrão de vida adequado e ao bem-estar de sua família, incluindo alimentação, vestimenta, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais necessários, bem como o direito à segurança em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice ou outras circunstâncias além de seu controle.

De acordo com o artigo acima citado, a Organização das Nações Unidas – ONU criou o Programa “Habitat” em 1976, com o intuito de promover a discussão sobre a melhoria da qualidade de vida nas cidades, tratando a questão urbana de maneira integral, incluindo aspectos ligados à moradia, a pobreza, ao emprego, a educação, a saúde, entre outras áreas. Neste sentido, em 1976 foi realizada a primeira Conferência Global para Assentamentos Humanos objetivando o bem-estar humano, com atenção especial aos menos favorecidos, através da prestação de assessoria e financiamento de projetos ligados ao setor urbano/habitacional para países em desenvolvimento (AGENDA HABITAT, 2003)

Em junho de 1996 em Istambul, foi realizada a segunda Conferência, que deu origem a “Agenda Habitat” tendo como objetivo a promoção de:

moradia adequada e à vida em cidades socialmente inclusivas, economicamente produtivas e ambientalmente sustentáveis [assumindo o comprometimento em] viabilizar para todos um padrão de vida adequado, o que inclui alimentação, vestimenta, habitação, água e saneamento adequados e a melhoria contínua das condições de vida (AGENDA HABITAT, 2003, p. 05-07).

A indicação desses itens é orientada pelos seguintes princípios: *equidade, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, fortalecimento da família, cidadania e participação, parceria, solidariedade, habitação e promoção da saúde humana e ambiental (AGENDA HABITAT, 2003).*

Ao tratar de assentamentos humanos, vale salientar que não basta apenas tratar da habitação. Há uma série de fatores relevantes que são necessários para corresponderem a uma moradia digna aos seus habitantes. *É preciso viver e morar bem.*

Percebemos, neste sentido, que há todo um movimento nas Conferências no sentido de ampliar o conceito e as ações de modo a contribuir de fato com o acesso a uma moradia digna.

Na primeira conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - HABITAT I (1976) foi realizada com a participação dos governos centrais de cada país. Na segunda Conferência (1996), ganhou centralidade o princípio de descentralização, fortalecendo o poder local e a participação da sociedade civil, demonstrando que para enfrentar a problemática urbana e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos deve-se ter a participação de todos os níveis de governo.

Segundo Raichelis (2007), devido ao plano de ação da Agenda Habitat, em vários países, inclusive no Brasil, vem acontecendo significativas mudanças na maneira de intervenção estatal, principalmente na esfera da gestão pública e nas políticas sociais. Neste sentido, podemos citar a aprovação do Estatuto da Cidade em 10 de julho de 2001 na forma da lei nº 10.257, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, conforme destaques abaixo:

Art.182: A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes;

Art.183: Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

O Estatuto da Cidade em questão fixa normas nas quais o poder público deve regulamentar o uso da propriedade urbana, visando à segurança e o bem estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental. Prevê instrumentos que garantam a democratização do direito à cidade, tais como: o direito à terra urbana, à moradia, ao

saneamento básico, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer não só para as gerações atuais, como também para as futuras. Assim sendo, o Estatuto da Cidade garante legalmente a todos os cidadãos, acesso aos serviços e equipamentos urbanos, bem como que as melhorias sejam realizadas pelo poder público. Para tanto, é preciso que as forças sociais atuem no sentido de terem garantidos os direitos contidos no referido estatuto.

Segundo Oliveira (2001) o Estatuto da Cidade é a esperança de mudança positiva no cenário urbano brasileiro, porque a lei sozinha, não resolverá os problemas urbanos históricos. Contudo, com a nova legislação, os municípios terão a oportunidade de exercerem seu papel de sujeitos responsáveis pela formulação, implementação e avaliação da política urbana, permitindo, que de fato, todos os moradores de nossas cidades participem desse processo e sejam os beneficiários de suas justas ações, de maneira adequada às demandas de cada localidade.

As diretrizes gerais estabelecidas no Estatuto da Cidade buscam orientar a ação de todos os agentes responsáveis pelo desenvolvimento na esfera local. Indica que as cidades devem ser tratadas como um todo, rompendo a visão parcelar e setorial do planejamento urbano até agora praticado. Além disso, evidencia que o planejamento deve ser entendido como processo construído a partir da participação permanente dos diferentes grupos sociais para sustentar e se adequar às demandas locais e às ações públicas correspondentes. (Idem, 2001, p. 14)

A Constituição Federal de 1988 incorporou a participação dos cidadãos nas decisões de interesse público, após anos de luta dos movimentos populares. Nesse sentido, no seu Artigo 45 está definido que:

Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

É determinado pela Constituição Federal que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, assumindo a função de interferir no processo de desenvolvimento local, com uma compreensão global e integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais, que condicionam a situação

encontrada no município. Apesar de tais determinações existe um grande abismo entre os direitos postos legalmente e sua efetivação.

O direito à cidade é reafirmado no Brasil, com a criação do Ministério das Cidades, responsável por elaborar e programar políticas públicas para o meio urbano, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, uma nova perspectiva na medida em que trata estas políticas de maneira integrada. Esta é a missão do Ministério das Cidades, instituído em 1º de janeiro de 2003, contemplando uma antiga reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. O referido Ministério deve trabalhar de forma articulada com os estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade. Esta articulação foi um importante marco para a constituição da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, compromisso assumido pelo Governo Federal em 2003 com a implantação da Conferência Nacional das Cidades (Relatório final 3ª Conferência Nacional das Cidades, 2008).

As Conferências de 2003 e 2005 puseram em evidência a participação da sociedade no debate de assuntos estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. Indicaram a importância do Conselho das Cidades criado em 2003, um espaço de participação da sociedade civil em construção, que visa aproximar as ações governamentais à realidade da população na direção do desenvolvimento urbano e da melhoria da qualidade de vida.

A terceira Conferência realizada em 2007 enfatizou o agravamento da segregação sócio-espacial, a diversidade regional urbana e a falta de instrumentos de integração de políticas setoriais e dos diferentes entes da federação.

A quarta Conferência Nacional das Cidades, ocorrida em maio de 2010, em Brasília, destacou os avanços e dificuldades para a efetiva implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU com o lema "CIDADE PARA TODOS E TODAS COM GESTÃO DEMOCRÁTICA".

O Brasil é um país onde 82% da população moram em cidades. 6,6 milhões de famílias não possuem moradia, 11% dos domicílios urbanos não têm acesso ao sistema de abastecimento de água potável e quase 50% não estão ligados às redes coletoras de esgotamento sanitário. Nos municípios de todas as regiões, multiplicam-se as favelas, gerando um processo perverso de exclusão e de desigualdade, segundo o Ministério das Cidades. (Revista Infovias)

Portanto, a tarefa de transformar tal realidade, assegurando o direito à cidade não é fácil. Contudo, tanto o Estatuto da Cidade quanto o Ministério das Cidades são conquistas dignas de comemoração.

1.2 Breve Histórico da Política Habitacional no Brasil

No decorrer da história a humanidade passou por vários sistemas econômicos, tendo as atividades agrícolas como sustento de toda sociedade. O crescimento da produtividade agrícola tornou possível uma série de mudanças profundas que se prolongaram por vários séculos, resultando na dissolução do feudalismo e a consolidação do modo de produção capitalista, de modo que:

Ao afluir para as cidades os camponeses se libertavam do regime de servidão, não mais se submetendo ao vínculo com a terra e com o senhor que lhes roubavam o trabalho, a comida e o tempo. Assim, para o servo, ir para a cidade, mesmo que não representasse necessariamente felicidade, saúde ou prosperidade, significava concretamente uma libertação, solto as amarras que o prendiam ao senhor feudal, o servo perdia também o acesso à terra e portanto à subsistência- o que lhe conferia a dupla condição de livre e despossuído (ROLNIK, 1995, p. 35)

Ainda de acordo com a autora, o modo de produção capitalista tem seu estabelecimento com a expansão industrial, que deu origem a expulsão da população do meio rural e a um profundo processo de urbanização. Esta configuração já se dá a partir de 1500, na Europa Ocidental, quando os camponeses afluíam para as cidades de Nápoles, Florença ou Veneza, atraídos:

[...] pelas obras públicas da cidade, pelo serviço nas casas ou simplesmente por uma vaga de servidor ou mendigo. Esta possibilidade se coloca para os camponeses no momento em que a cidade, que até então existia para os interstícios de um mundo agrário, passa a dominar a cena. Isto significa também a passagem de uma economia baseada na produção de subsistência, onde se produz para o sustento dos próprios produtores, para uma economia mercantil, onde se comercializa o excedente (p. 31).

Com o desenvolvimento da indústria o processo de crescimento da população urbana foi implantado, porque as cidades passaram a ser local de

emprego e de melhores condições de vida em comparação com a zona rural. Assim, ocorreram mudanças nas relações de produção no campo, com o êxodo dos trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida na cidade. Conseqüentemente, ocorreu uma desordenada urbanização graças à concentração do grande contingente de pessoas que se deslocaram para os centros urbanos (ALMEIDA, 2005).

Segundo Rolnik (1995) a imagem de cidade como lugar de produção e consumo domina completamente a cena urbana, visto que, nas cidades contemporâneas não existe um só espaço que não seja ocupado pelo mercado.

Neste contexto, a cidade era uma unidade autônoma, onde produzia algum artesanato e em suas praças se instalavam pequenos mercados. Os sapateiros, oleiros, ferreiros, etc, eram controlados pelas corporações de ofício, uma espécie de liga de mestres artesãos. As ruas e praças dessa cidade não tinham nenhum traçado preestabelecido e era comum as terras urbanas serem ocupadas por moradores, à medida que ali chegavam.

Com o crescimento das cidades, se intensificava o comércio, aumentava o espaço das atividades mercantis e manufatureiras. Ao passo que tais atividades se diversificavam, algumas cidades passaram a sediar a administração desses empreendimentos, substituindo a vila medieval pela cidade capital de um Estado moderno, operando uma reorganização radical na forma de organização das cidades, de modo que:

[...] a terra urbana, que era comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria – que se compra e vende como um lote de bois, um sapato, uma carroça ou um punhado de ouro [...] a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos (Idem, 1995, p. 39)

Diante disto, é notório o poder centralizador e despótico que se instala, interferindo diretamente na vida dos cidadãos trabalhadores, particularmente na forma de habitar.

Os problemas habitacionais enfrentados pelos trabalhadores são de diferentes origens, a exemplo da: insuficiência de moradias, ocupações irregulares e precárias, distanciamentos dos locais de trabalho, entre outras situações que se dá

em função da inexistência de possibilidades de acesso aos locais próprios para habitação.

Verifica-se na dinâmica de crescimento urbano um intenso processo de expulsão da população trabalhadora do centro das cidades para a periferia, em função da valorização dos solos urbanos e da especulação imobiliária; proliferam loteamentos clandestinos, favelas, desprovidos de infra-estrutura urbana e dos serviços necessários à vida na cidade (RAICHELIS; ROSA apud RAICHELIS, 2007, p. 18)

Nesse contexto de desordenamento do crescimento urbano, há uma inquestionável explosão de problemas sociais a eles inerente. Assim sendo, a construção de moradias deveria ter por propósito em primeiro plano sanar tais problemas enfrentados pelos trabalhadores. Mas, o que se verificou foi que a moradia tornou-se apenas mais uma mercadoria, tendo como fim último o lucro.

A reprodução do capital investido na industrialização do setor de produção de moradias segue um verdadeiro ciclo reprodutivo com a transformação do capital dinheiro em capital mercadoria, que objetivado na mercadoria, na moradia construída, deve voltar a ter seu valor transformado em capital dinheiro novamente e conseqüentemente a mais-valia apropriada pelo proprietário do capital na forma de lucro (RIBEIRO; PECHMAM apud ALMEIDA, 2005, p. 28)

Durante o governo Getulista (1930), o processo de urbanização no Brasil vivenciou uma rapidez no seu crescimento, porque se fundamentou na seguinte orientação

Na visão dos detentores do poder central a industrialização era tido como chave para o desenvolvimento (...) era fundamental a implantação e expansão de um parque industrial próprio (...) era a primeira vez na nossa história que um governo assumia uma posição francamente favorável a um projeto de industrialização (BRUM, 2003, p. 191).

A industrialização vivenciou uma fase de intensificação em meados do século XX, sob o governo de JK que se regia por uma lógica desenvolvimentista, a partir da implantação da indústria automobilística. Neste momento, a velocidade com que as cidades se formaram e cresceram, tornaram a vida mais difícil no âmbito social.

Na segunda metade do século XX o número de pessoas nos centros urbanos mais que duplicou, e em decorrência deste fato a demanda por infraestrutura, moradia, transporte, também cresceu consideravelmente, mais do que as cidades ofereciam à população urbana.

A década de 1960, em especial o ano de 1964, foi marcada pelo autoritarismo estabelecido pelo golpe militar, bem como pela instalação de uma política habitacional mais ampla e global, com a criação e institucionalização do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Estes oficializados pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, tendo como missão promover a construção e aquisição da casa própria para os trabalhadores brasileiros. O funcionamento do BNH além de oportunizar a aquisição da casa própria, aumentava as oportunidades de empregos diretos e indiretos na área da construção civil, beneficiando a população desempregada. Concedia financiamento para aquisição da moradia, dando prioridade e atenção às camadas sociais mais carentes. Tais argumentos eram defendidos pelos militares no poder, como forma de legitimação daquele governo ditatorial.

Com o objetivo de garantir a efetivação dos sistemas em discussão foi instituído o seguinte:

...a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências (BRASIL, 2009).

Com a criação do citado sistema a indústria da construção civil obteve um forte incentivo, porque uma grande quantia de recursos financeiros foi direcionada para tal segmento, vindos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que era uma poupança do trabalhador. No entanto, esse dinheiro nem sempre era usado no sentido de promover a justiça social, bem como a realização do sonho da casa própria.

Conforme Almeida (2005), com o início dos anos 80, o BNH começou a desarticular-se, sofrendo os efeitos dos problemas de ordem conjuntural, como: a perda do controle da inflação, o arrocho salarial, a redução do crescimento econômico, o aumento do desemprego e a crise financeira do poder público.

Nos anos 1970 o Brasil estava doente e sua economia apresentava claros sinais de crise. Este quadro exerceu forte influência na questão da moradia, patrocinando uma verdadeira desarticulação da política habitacional em termos gerenciais. O cenário dos anos 80 foi marcado por constantes crises, até que em 1986, por meio do decreto-lei nº 2.291, foi extinto o BNH e a Caixa Econômica Federal assumiu o gerenciamento do Sistema Financeiro de Habitação. Independente de todos os fatos relatados, o direito à moradia adquiriu na Constituição de 1988 significativa vitória, conforme explicitado no capítulo II, artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (EC nº 26/2000)(BRASIL,1988, p.10).

Na década de 1990, apesar de haver uma continuidade da estagnação da economia brasileira o Brasil passou, efetivamente, a adotar o modelo neoliberal caracterizado por uma política baseada nos interesses do capital e na transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil, porque é contra a sua intervenção na economia e a favor do livre mercado e da liberdade individual. Dentre as estratégias do neoliberalismo está o corte dos gastos sociais públicos, e conseqüentemente, a diminuição das políticas sociais, tornando-as eventuais e assistencialistas. Mas, o objetivo central da política neoliberal é a privatização, um processo de venda das empresas públicas para investidores e corporações privadas e multinacionais.

Soares (2000) chama atenção para o fato de o neoliberalismo desobrigar o Estado de cumprir o seu papel regulador e provedor, deixando a economia à mercê das livres forças do mercado. Esta realidade rebate no processo de exclusão social, onde a população empobrecida não dispõe de meios para acompanhar os custos dos bens e serviços.

Nesse processo, Almeida (2005) ressalta que a política habitacional brasileira (PHB), enquanto uma política pública e também social trilhou os mesmos caminhos seguidos pelo Estado, uma vez que se orienta pelo mesmo paradigma teórico do liberalismo.

Segundo Gonçalves (2007), o governo Federal, desde 2001, vem buscando, por meio do Ministério das Cidades, elaborar e operacionalizar sua nova perspectiva de política habitacional para o país, voltada especialmente para famílias de baixa renda, que comprometa não só o Governo Federal. Mas também os Governos Estadual e o Municipal, compreendendo que a habitação envolve além da unidade habitacional, serviços que auxiliem a população tais como, intra-estrutura, transporte, entre outros.

1.2.1 Ações de enfrentamento a problemática habitacional: breves considerações

Na trajetória da história da política de habitação no Brasil, as primeiras ações datam de 1882 e 1885 direcionadas à saúde pública e a concessão de incentivos. Mas, foi durante a década de 1930, com a criação das Caixas de Aposentadorias que o governo assumiu algumas ações no campo habitacional.

Em 1940 o governo brasileiro iniciou de forma ordenada o investimento em programas de urbanização, sendo isso possível a partir da consolidação da industrialização nacional. Este período foi marcado por um intenso crescimento demográfico e elevado grau de desenvolvimento. A razão desse crescimento está no fato das pessoas migraram para as cidades em busca de emprego e na esperança de uma melhor condição de vida.

Em 1946 ocorreu a criação da Fundação da Casa Popular, no entanto, não alcançou êxito, como afirma Costa e Lima (2004).

Na década de 1960 é percebido uma maior ocupação do solo urbano. Cresceu tanto o número de trabalhadores, como também o exército industrial de reserva, o que fez ampliar a demanda por habitação na mesma proporção em que foi potencializada a necessidade de uma maior intervenção na área habitacional por parte do Estado.

A questão habitacional, durante a ditadura militar, foi marcada por uma conjuntura que expressava o agravamento das condições de reprodução da classe trabalhadora, tendo como ponto focal o difícil acesso à moradia, visto que o solo urbano era de domínio privado, o que limitava o acesso às classes trabalhadoras.

Segundo Bonduki (2008), foi a partir de 1964, com a criação do BNH pela Lei nº 4.320, de 21 de agosto de 1964, que ocorreu a formulação de uma política habitacional de caráter global no Brasil. Embora o BNH tenha sido alvo de muitas críticas, sua atuação foi de suma importância, visto que no período de 1964 a 1986 foi dado um efetivo tratamento ao déficit habitacional brasileiro.

[...] nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média. Se for considerado o período até 2.000, pois o SFH continuou funcionando após a extinção do BNH em 1986, foram financiadas cerca de 6,5 unidades habitacionais. Além disto, foi notável o papel no SFH no saneamento, com destaque para o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que foi decisivo na extraordinária expansão das redes de água e esgoto que ocorreu nas principais cidades brasileiras. Em 2000, mais de 90 % da população urbana estava abastecida por rede de água (Idem, 2008, p. 75)

Ainda segundo o autor, apesar da produção habitacional ter sido expressiva, ela ficou extremamente abaixo das necessidades originadas pelo acelerado processo de urbanização. A população urbana brasileira cresceu de 11 milhões para 125 milhões entre 1950 a 2000. Embora, no período de funcionamento do BNH tenham sido financiadas cerca de 25% das novas moradias construídas no país, ele se mostrou insuficiente para enfrentar o desafio da urbanização brasileira.

Para reverter este desafio aconteceu um intenso processo de urbanização informal e selvagem, onde a grande maioria da população, sem qualquer apoio governamental encontrasse solução para a falta de moradia nos assentamentos urbanos precários, como: loteamentos clandestinos e irregulares, vilas, favelas, alagados, em geral distantes das áreas urbanizadas e mal servidos de infraestrutura e equipamentos sociais.

Durante a década 1970 a economia brasileira apresentava claros sinais de crise, tornando mais evidente as contradições do sistema e acentuando sua face perversa sob a questão da moradia.

Nos anos 80, essa conjuntura de crise vivenciada pelo país e pelo BNH se torna ainda mais aguda, marcada pela recessão da economia e pelo arrocho salarial e agravada pela inflação. Tal situação teve enorme repercussão no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a redução da sua capacidade de investimento,

devido à retração dos saldos do FGTS e da poupança e forte aumento na inadimplência habitacional.

A crise no BNH veio se dando desde setembro de 1966, com “o escândalo de corrupção, após a intervenção na Cooperativa Habitacional da Guanabara”¹. No período entre 1968 e 1970, ele foi ameaçado por um grave problema, tanto do ponto de vista político, como administrativo, gerados pelos

elevados índices de inadimplência dos mutuários, dificuldades de comercialização de unidades habitacionais integrantes de projetos que, em teoria não deveriam apresentar riscos de mercado, assim como o freqüente abandono de habitações por compradores sem condições de pagamento ou insatisfação com a qualidade da moradia (ARAGÃO apud ALMEIDA, 2005, p.57).

Entre os anos 1974 e 1979, o BNH vivencia mais uma conjuntura de crise econômica e política, que se estende nos anos 80. Diante de tais dificuldades, foram criadas algumas medidas para reverter essa crise, no entanto, não lograram sucesso. Essa conjuntura foi responsável pela extinção da referida instituição, em novembro de 1986.

Com o fim do BNH, o Brasil perdeu uma estrutura de caráter nacional que, bem ou mal, acumulou enorme experiência na área habitacional, financiando a maior produção habitacional da história do país. A partir de 1987 a Caixa Econômica Federal tornou-se o agente financeiro do SFH.

Com efeito, durante os governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992), os problemas do sistema, que já se faziam sentir no ocaso do governo militar, se agravaram a ponto de praticamente inviabilizar qualquer tentativa de retomada da política habitacional nos moldes anteriores (SANTOS, 1999, p17).

Segundo Gonçalves (2007) na década de 1990, surgiram várias tentativas para reorganizar a política habitacional com: o Plano de Ação Imediata para a Habitação - PAIM, lançado em maio de 1990, pelo presidente Fernando Collor de Melo, como medida de caráter emergencial. Sua proposta era financiar em 180 dias cerca de 245 mil habitações, para as famílias com renda média de até cinco salários mínimos. Entretanto, isto não ocorreu.

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor e a posse do presidente Itamar Franco, os programas na área de habitação popular foram

¹ Em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/jul97/movim1.htm>>. Acesso em: 08 junho 2011.

redesenhados e passaram a exigir a participação dos conselhos locais e dos governos estaduais e municipais, através de uma contrapartida financeira desses últimos. Ainda no governo do presidente Itamar Franco outra tentativa de solucionar o problema do déficit habitacional foi lançada. Surgiram os programas “Habitar Brasil”, que deveria contemplar os municípios com mais de 50 mil habitantes e o “Morar Município” para os de menor porte. No entanto, os citados programas não surtiram o efeito desejado, uma vez que não foi implementado um fundo federal que garantisse os investimentos exigidos. O grande impedimento para efetivação desses programas ficou por conta da dependência de verbas orçamentárias ou de recursos provisórios, como o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Mesmo assim, o “Habitar Brasil” foi mantido na gestão posterior, ou serviu de base para a formulação de programas semelhantes (SANTOS, 1999).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, precisamente em 1995, a questão habitacional passou a ser concebida de forma descentralizada e aliada à política urbana e ao saneamento ambiental, com os municípios assumindo o papel de agente promotor e gestor da política habitacional.

Almeida (2005) avalia que até meados dos anos 90, não existiu empenho por parte do governo em relação a uma reforma do sistema habitacional, deixando explícito a omissão do Estado no que se refere ao novo modelo habitacional. Devido a tal omissão, o sistema habitacional brasileiro passou a vivenciar intensas crises, que acarretaram um alto endividamento na área habitacional.

Segundo Santos (1999) no período compreendido entre 1995 e 1998 o governo atuou no financiamento direcionados a Estados e Municípios com a finalidade de melhorar as áreas habitacionais degradadas e habitadas por populações de renda mensal inferior a três salários-mínimos, tendo como principais programas:

- Pró-Moradia – direcionado para apoiar o poder público no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, que resultem na melhoria das condições de vida da população de menor renda;
- Habitar Brasil – uma espécie de projeto piloto destinado a financiar obras e ações nos municípios e nas capitais dos estados brasileiros ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos;

- Carta de Crédito — FGTS — é outro importante programa destinado às pessoas que têm renda de até doze salários mínimos e não possuem outro imóvel na região em que moram;

Em 1999 foi criado o Programa de Arrendamento Residencial – PAR - para ajudar municípios e estados a atenderem à necessidade de moradia da população que recebe até 6 salários mínimos e que vive em centros urbanos. Depois de construídas, as unidades habitacionais são arrendadas com opção de compra do imóvel ao final do período contratado.

Bonduki (2008) afirma que a implementação desses programas não significou interferir positivamente no combate ao *déficit* habitacional. Desse modo, não conseguiram alavancar uma nova política capaz de responder positivamente às demandas da área habitacional em nosso país. O que conseguiram foi manter um atendimento privilegiado para as camadas de renda média. Entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 salários mínimos, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 salários mínimos) onde se concentram 83,2% do *déficit* quantitativo.

Nos primeiros atos do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2002) foi criado o Ministério das Cidades com competência para implementar o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) e avançar na agenda da Reforma Urbana no país. A esse Ministério coube ainda a Implementação e execução do Projeto Moradia que busca garantir o direito à cidade, envolvendo o acesso à infra-estrutura e aos serviços urbanos.

A partir da sua fundação o Ministério das Cidades tem assumido o gerenciamento da política habitacional brasileira. Um importante programa instituído foi o - Programa Minha Casa Minha Vida (Lei nº 11.977/09) tendo como objetivo a produção de unidades habitacionais, que depois de construídas são comercializadas com famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.395,00. Outro programa desenvolvido a nível nacional é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Trata-se de um grande programa de investimento em diferentes áreas (energia, rodovias, portos, saneamento e habitação) que altera parcialmente a rígida política de contenção de despesas que vigorou desde o início do governo Lula” (BONDUKI, 2008, p.103), passando a exigir dos municípios a aplicação das estratégias de ordenamento territorial definidas nos Planos Diretores.

Embora boa parte deste programa esteja voltada para obras de infraestrutura para a produção, os setores de habitação e saneamento foram privilegiados, dirigindo-se as aplicações para a urbanização de assentamentos precários, ação que está necessariamente sob a responsabilidade do poder público (Idem, 2008, p.103)

Ainda que o Ministério das Cidades tenha representado significativos avanços é necessário ressaltar que uma das suas debilidades é a sua fraqueza institucional, uma vez que a Caixa Econômica Federal, agente operador e principal financiador dos recursos do FGTS, é subordinada ao Ministério da Fazenda. Em tese, o Ministério das Cidades é o responsável pela gestão da política habitacional, mas, na prática, o enorme poder da Caixa Econômica Federal, instituição presente em todos os municípios do país, acaba fazendo com que a decisão sobre a aprovação dos pedidos de financiamentos e acompanhamento dos empreendimentos seja de sua responsabilidade.

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, afirma que o Ministério das Cidades, só pensa em resultados rápidos e quantitativos. "A qualidade, como no plano Minha Casa Minha Vida, foi totalmente descartada. Corre-se o risco de se criar guetos de pobres, com violência e sem acesso ao trabalho e à educação"². A alternativa que ela defende é a criação de um modelo de gestão democrática para além dos requisitos formais. O objetivo é incorporar a totalidade dos habitantes e moradores em uma condição de cidadania.

Existe uma estreita vinculação entre a questão habitacional e o meio ambiente. A qualidade de vida não depende apenas da habitação mas, de vários outros elementos que integrados configuram o meio ambiente. Esta discussão será apresentada no próximo capítulo, onde discutiremos sobre a questão da construção da sustentabilidade.

² Fala de Rolnik <<http://br.monografias.com/trabalhos3/politica-habitacional-brasileira-exclusao/politica-habitacional-brasileira-exclusao4.shtml>> Acesso em: 05/05/2011

CAPITULO II

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - DEMANDAS ATUAIS

2.1 A Construção da Sustentabilidade no Capitalismo

A partir de 1972, na Conferência de Estocolmo, as dificuldades vivenciada pelo meio ambiente, foram apresentadas como um problema global do nosso planeta. Neste sentido, a referida Conferência teve como objetivo sensibilizar a sociedade para a importância da preservação do meio ambiente, surgindo assim, um novo conceito de preservação ambiental, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam dar continuidade às gerações que ainda virão. Trata-se, portanto, de um novo modelo de desenvolvimento que recebeu o nome de desenvolvimento sustentável. Ele não esgota, mas conserva e realimenta a fonte dos recursos naturais (FERNANDES, 2003)

Esse novo conceito foi consolidado como diretriz para mudança de rumos no desenvolvimento global, definida pelos 170 países presentes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, considerado o acontecimento mais representativo dos últimos tempos. Este teve como objetivo introduzir a idéia do desenvolvimento sustentável, um modelo de desenvolvimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico, uma vez que o modelo de desenvolvimento capitalista só contribui para a degradação ambiental.

Mantendo a preocupação com o Meio Ambiente, os países participantes deste tão importante evento assumiram o compromisso e o desafio de internalizar, nas políticas públicas de seus diversos países as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Um grande passo para concretização de tais ações em todo o planeta foi a elaboração da Agenda 21, que é um documento indicador de ações concretas, com responsabilidades definidas, que combina métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A implementação da agenda 21 pressupõe a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro, pois essa forma de ação, em que a sociedade compartilha com o governo as responsabilidades pelas decisões, concede uma maior agregação em torno do projeto de desenvolvimento, aumentando suas chances de implementação. Diante disso, o Brasil, bem como os demais países que participaram da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD/92 abraçaram o compromisso de elaborar e praticar as suas próprias Agendas 21.

Para tanto, foi desencadeado um processo de planejamento participativo que, partindo da realidade do País, das suas regiões, dos estados e municípios, identificasse suas potencialidades e fragilidades e assim, norteasse um plano de desenvolvimento para um futuro de forma sustentável.

Segundo a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS (Criado em fevereiro de 1997 pelo Decreto Presidencial para cumprir as Diretrizes de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável) a Agenda 21 brasileira deve ser visualizada como um processo e não como uma conquista imediata, que caminha permanentemente em direção a seus objetivos. Ela não é uma realização de curto prazo visando produzir diretrizes e ações concretas capazes de levar à superação dos obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

Portanto, estabelecer a sustentabilidade no Brasil configura-se num grande desafio, sendo preciso romper com o velho conceito de desenvolvimento, que não agrega o bem estar do planeta e sim o excedente como forma de acumular. Dessa forma, os detentores do capital são os principais causadores da degradação ambiental, onde o processo de concentração de renda acentua-se cada vez mais, gerando tanto a degradação excessiva quanto a desigualdade social.

Embora haja a preocupação com o tratamento da questão ambiental, o nosso planeta vem sofrendo graves conseqüências devido à ação destruidora e desenfreada do homem.

As evidências deste processo encontram-se na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetário, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis, numa demonstração incontestável de que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da

produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento (SILVA, 2010, p. 45)

São grandes as ações destrutivas do homem no nosso planeta, as quais vem sendo postas em prática por uma sociedade capitalista patrocinadora de uma injustiça social, que se sustenta numa profunda injustiça ambiental, trazendo significativas conseqüências danosas para o futuro da humanidade. O planeta torna-se assim, incapacitado de fornecer os recursos necessários à reprodução da vida. Silva (2010) defende esta mesma concepção afirmando que o consumo irracional dos recursos naturais causará um esgotamento na capacidade do planeta de fornecer recursos naturais aos seres humanos.

Neste sentido percebemos que o capitalismo se mantém através de uma dinâmica destrutiva, predadora. Isto porque é de interesse dos grandes capitalistas a obtenção do lucro. Não importa saber que o meio ambiente grita por socorro, dando sinais de que não suporta tanta ação destrutiva.

O capitalismo se apresenta como um sistema tão cruel que incute no homem o desejo de acumulação (quanto mais tem, mais deve ter). É neste processo alienado que os indivíduos sugam sem limite os recursos naturais do planeta, mesmo conhecendo aqueles, que são recursos não renováveis, que comprometem e comprometerão a vida dos seres vivos.

Se nos remetermos à história, notaremos que na antiguidade os povos cultivavam a visão de subsistência sem exploração da natureza. Segundo Silva (2010), os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não configuraram ameaça à sustentabilidade do planeta, visto que o objetivo da produção não era a formação do excedente em relação ao mercado, mas a satisfação das necessidades dos envolvidos nesse processo.

A partir da configuração do modo de produção capitalista, sistema concentrador de riquezas, a visão de subsistência é trocada por uma visão consumista, onde em conseqüência, aconteceu o aumento do consumo dos meios naturais. Desse modo os problemas ambientais começaram a se agravar.

Esta tendência destrutiva do capital reside em sua natureza mesma, como 'contradição viva' [...] O assombroso aumento da produtividade do capital o faz senhor e voraz devorador dos recursos humanos e materiais do planeta... (SILVA, 2010, p. 47-48)

Segundo Andrade (2001) os problemas ambientais começaram a ser identificados como sendo impactante a partir da Revolução Industrial que causou uma grande mudança no processo de produção e da organização urbana, originando as construções das grandes cidades, a maioria delas feita sem nenhum planejamento e ordenamento.

No sistema capitalista, os produtos considerados bens relativamente duráveis são levados a ser descartados prematuramente conforme afirma Mészáros apud Silva (2010, p. 63)

A sociedade se mantém com um sistema produtivo, manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil.

Nosso planeta vem claramente dando sinais que não suporta mais a ação devastadora do homem que se desenvolve em uma velocidade assustadora. Dessa forma, é preciso, tanto as autoridades competentes, como a sociedade civil se mobilizem para incorporação de uma mudança de hábito, incutindo no seu dia a dia o conceito de sustentabilidade, proposição esta defendida pela Agenda 21.

O modelo de desenvolvimento que temos vem esgotando os recursos naturais não renováveis do planeta, sinalizando que não agüenta mais o nosso modo de vida. O consumo mundial excede 20% do que a terra consegue sustentar. Mesmo assim,

[...] Não associamos a destruição da floresta com a madeira que compramos para construção ou em móveis. Não pensamos nas mudanças climáticas quando ligamos nossos carros. Quando compramos uma roupa, não pensamos nos agrotóxicos usados na plantação de algodão ou no trabalho escravo encontrado nas fazendas. (TRIGUEIRO, 2005, p. 39)

Nesse sentido é cabível a reflexão sobre os rumos das nossas ações, visando a adoção de um modelo de crescimento econômico que o Brasil merece. Dessa forma, é importante incorporar o conceito de sustentabilidade, buscando responder tais questões:

[...] Como fazer o País crescer sem potencializar a já preocupante destruição dos recursos naturais? É possível gerar emprego em escala

sem aumentar o crescimento desordenado das cidades? Como promover a expansão da fronteira agrícola sem acelerar a destruição das florestas, a desertificação do solo e o uso perdulário da água? (TRIGUEIRO, 2005, p. 79)

Andrade (2001) afirma que a sociedade capitalista promove seu desenvolvimento nortado pelo utilitarismo, a competição e a produção, gerando um domínio sobre a natureza feito a custa de riscos ambientais. Dessa forma, está constituída uma sociedade deformada, desintegrada e desintegradora do meio ambiente configurando-se em uma crise ambiental de sérias e graves proporções.

No entanto o ser humano parece não ter compreendido isto. Ao desenvolver suas atividades socioeconômicas, baseou-se numa relação predatória com a Natureza, gerando inúmeros problemas ambientais (DIAS, 2002, p. 10).

Mediante tais fatos, notamos que os problemas ambientais vêm sendo sustentado e ampliado justamente devido a um modelo hegemônico de desenvolvimento, legando-nos a um mundo caótico, doente e desequilibrado ambientalmente falando.

São inúmeros os problemas ambientais causados pelo atual modelo capitalista, como aponta os autores Leite (2001) e Dias (2002)

- Ocupação urbana desordenada e sem nenhum planejamento, edificadas em áreas de preservação permanente, de risco, como encostas e margens de rios e em outras áreas proibidas pela legislação;
- Grande desperdício de matéria-prima em geral, de água e de energia, que nos leva a viver, hoje, sob a ameaça grave da escassez energética e da água;
- Desertificação, perda da fertilidade e erosão dos solos cultiváveis;
- Aceleração do processo de industrialização, com predominância de tecnologias poluidoras e de baixa eficiência energética;
- Ampliação do efeito estufa, provocando o aquecimento global;
- Destruição das florestas, tendo como conseqüências: perdas irreparáveis na biodiversidade genética, de habitats e dos ecossistemas;
- Alterações climáticas;
- Exposição do solo à erosão;

- Assoreamento dos rios,
- Redução do volume de água subterrânea;
- Geração potencializada de Resíduos Sólidos, mais conhecidos como lixo.

Diante da discussão apresentada sobre o capitalismo e seus efeitos, destacaremos no item a seguir a questão do lixo, como uma temática relevante para ser trabalhada, uma vez que se constitui um dos maiores problemas para a sociedade moderna.

2.1.1 O Lixo – Uma Questão Ambiental

Definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por meio da Norma Brasileira Registrada (NBR) nº. 10.004, lixo é: *todos os resíduos no estado sólido e semi-sólido resultantes das atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição ou agrícola.*

O lixo tem provocado grandes problemas para a população, principalmente os de caráter social e ambiental.

Segundo Silva (2010) a produção e destinação de resíduos sólidos se configuram uma das expressões mais dramáticas da questão ambiental. Cerca de dois milhões de toneladas de lixo domiciliar são produzidos por dia, o equivalente a 730 milhões de toneladas ao ano. A autora ainda afirma que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a geração de resíduos atingiu, no Brasil, em 2006, 170 mil toneladas por dia e entre os anos de 1991 e 2000 a coleta de resíduos cresceu 49%, em todo o Brasil, enquanto o aumento populacional nesse mesmo período foi da ordem de 15%. Tal fato comprova o grau de intensificação da descartabilidade. Isso se dá em função da lógica capitalista que por meio da publicidade incute no modo de vidas das pessoas um permanente anseio por compra de artigos, na maioria das vezes, não necessários. Tal lógica favorece o lucro em detrimento das reais necessidades humanas.

É impressionante como o sistema capitalista manipula o ser humano. Verifica-se que sua proposta de consumo é totalmente prejudicial ao planeta. Vivemos o tempo da descartabilidade, onde todas as ordens de produto são

produzidos e consumidos em um curto espaço de tempo, gerando a curto prazo um montante de lixo cada vez maior.

Mesmo com todos os alertas que são feitos a respeito do mal que o consumo exacerbado produz ao meio ambiente, a população ainda não se adaptou ao modelo sustentável, produzindo ainda uma quantidade absurda de lixo. O saco plástico é um exemplo do que foi incorporado à rotina do consumidor como algo normal. “[...] os estragos causados pelo derrame indiscriminado de plástico na natureza tornou o consumidor um colaborador passivo de um grande desastre ambiental de grandes proporções” (TRIGUEIRO, 2005, p. 48)

Deste modo, todo lixo lançada no meio ambiente sem nenhum tratamento, tem colaborado para a poluição das águas, do solo e agravado a condição de saúde das populações, configurando-se como um dos grandes responsáveis pela disseminação de doenças.

Segundo Silva (2010) de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas) 5,2 milhões de pessoas, entre elas 4 milhões de crianças menores de cinco anos, morrem a cada ano devido a enfermidades provocadas pelos resíduos sólidos.

É atribuído ao poder público municipal a responsabilidade de cuidar do lixo, no entanto “[...] a exemplo do que ocorre com o tratamento de esgotos, os resíduos sólidos também não recebem a devida atenção do poder público.” (Trigueiro, 2005, p. 71) Na verdade não há uma verdadeira preocupação com a dimensão ambiental do problema.

Diante do exposto, é possível afirmar que os resíduos sólidos constituem uma preocupação ambiental que deve ser tratada adequadamente, visto que se constitui como um dos fatores que provocam a degradação ambiental. Dessa forma, cabe ao poder público municipal assumir

a atenção para a regulação pública da questão, tanto na definição de um marco legal quanto no desenvolvimento de incentivos a formas alternativas de gestão: de um lado, incentivando a reciclagem e, de outro, estimulando a gestão mais adequada dos resíduos, através da troca dos lixões pelos aterros sanitários, em conformidade com as normas técnicas de funcionamento (SILVA, 2010, p. 113 e 114).

Araújo (2002) ressalta que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD/92 aponta várias medidas e estratégias para o manejo dos resíduos, dentre eles o princípio dos 3Rs - Reduzir, Reutilizar, Reciclar.

No entanto, na prática o tema ainda falta ser amplamente debatido pela sociedade, bem como implementado sob a forma de políticas públicas.

Nesse sentido a CNUMAD/92 propõe como um dos principais compromissos da humanidade para as futuras gerações o Desenvolvimento Sustentável, que deverá conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental

Diante dessa proposta consumista não há como não produzir lixo. No entanto, podemos diminuir essa produção. Mas isto só será possível com a adoção do modelo sustentável, na medida em que responda às necessidades do planeta possibilitando a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. A reciclagem constitui-se como uma importante estratégia de enfrentamento desta questão.

Um dos benefícios mais importantes da reciclagem é a recuperação de recursos naturais (matéria-prima) por meio da reutilização, reciclagem e reprocessamento de materiais antigamente tidos como lixo (DIAS, 2002, p. 75).

É sabido que grandes são os danos causados ao meio ambiente pelo acúmulo irregular do lixo, no entanto, para evitar problemas dessa ordem, é preciso, segundo Araújo (2002), entre outras coisas, o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final do lixo.

É clara e notória a transformação de atitudes que o homem deve assumir em relação ao meio ambiente, ressaltado por Dias:

O ser humano precisa modificar o quadro de insustentabilidade existente no planeta. Para tanto, será necessário descobrir um **novo estilo de vida** baseado em uma **ética global**, resgatar e criar novos **valores** e repensar e modificar os seus hábitos de consumo. Precisa-se viabilizar o **desenvolvimento sustentável**. A **Educação Ambiental** é o instrumento principal para processar essas transformações (DIAS, 2002, p. 68)

Por concordarmos com a afirmação de Dias, na sua referência sobre a Educação Ambiental, trataremos no item seguinte da sua importância para a construção da sustentabilidade que tanto desejamos.

2.2 Educação Ambiental e Preservação da Natureza

A relação entre sociedade/natureza no decorrer da história da humanidade tem ocasionado prejuízos incalculáveis ao meio ambiente. Isso porque, se nos outros sistemas econômicos houveram degradação da natureza, hoje, com o capitalismo, vivenciamos o consumo desenfreado e abusivo causando graves conseqüências ao meio ambiente.

As causas da degradação ambiental e da crise da natureza na relação sociedade-natureza não emergem apenas de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e as conseqüências de tal degradação não são conseqüências apenas do uso indevido dos recursos naturais; mas sim de um conjunto de variáveis interconexas, derivadas das categorias: capitalismo/modernidade/industrialismo/organização/tecnocracia (LOUREIRO, 2002, p. 24).

Como vimos no item anterior, a história da humanidade tem sido marcada por profundas mudanças no espaço natural. No mundo capitalista o homem troca a visão de subsistência por uma visão consumista, tendo como conseqüência o aumento do consumo dos meios naturais, o que modificar o meio ambiente, pelo caráter depredatório que provoca, através de agressões como: “as queimadas, as derrubadas de florestas, o desenvolvimento industrial que se tornou o principal responsável pela degradação da natureza e do meio ambiente”³. Isto rebate no agravamento dos problemas ambientais.

A natureza vem sendo transformada pelo homem que destrói e contribui na maioria das vezes com a extinção de espécies animais e vegetais existentes no planeta, também colabora através de práticas inconseqüentes para a poluição do ar, do solo e principalmente da água⁴.

Dessa forma, segundo Loureiro (2002) é a sociedade contemporânea que apresenta uma ação predatória e potencialmente ameaçadora da vida na Terra.

³ Em: <<http://www.colegioweb.com.br/aquecimento/acoes-do-homem-e-o-meio-ambiente1.html>>. Acesso em: 09 março 2011.

⁴ Em: <<http://www.colegioweb.com.br/aquecimento/acoes-do-homem-e-o-meio-ambiente1.html>>. Acesso em: 09 março 2011.

O crescimento das populações, o aumento do consumo ligado às inovações tecnológicas, a proliferação do lixo, são fatores que contribuem diretamente na agressão ao meio ambiente, uma situação que passa a ser preocupante para todos aqueles que conhecem o valor da preservação da natureza. Tendo em vista tal situação, o homem buscou desenvolver práticas que permitem a proteção e a conservação da natureza. Tais preocupações começaram a surgir após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos anos 60, quando os problemas ambientais passaram a ser encarados como algo extremamente grave.

A Educação Ambiental é o ponto focal para buscar soluções possíveis para diminuir os problemas ambientais, que atingem o nosso planeta, bem como sensibilizar o homem quanto à forma adequada de exploração dos recursos naturais do nosso planeta.

Segundo a definição do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, a Educação Ambiental é um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. Dessa forma, a Educação Ambiental, tem como objetivo a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos.

Em 1977 ocorreu em Tbilisi a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A declaração aprovada nesta conferência enfatiza que a Educação Ambiental deve:

preparar o indivíduo mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, possibilitando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente considerando os valores éticos (CONFERÊNCIA DE TBILISI apud LEITE & MEDINA, 2001, p 26)

A Educação Ambiental conforme Souza (2002) foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Souza (2002) afirma que a Educação Ambiental não é uma atividade recente no Brasil. No decreto Legislativo Federal nº 3, de 13 de fevereiro de 1948, a Educação Ambiental já era mencionada. No entanto, só foi instituída formalmente pela Lei Federal nº 6.938, sancionada em 31 de agosto de 1981.

Com a Constituição Federal de 1988, a Educação Ambiental tomou grande impulso, baseado no seu Capítulo VI, dedicado ao Meio Ambiente. No artigo 225, deste mesmo Capítulo, foi determinado no seu inciso VI, que é de responsabilidade do Poder Público: “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. De acordo com esse mesmo artigo

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-los e preservá-los para as presentes e futuras gerações.

Ainda em relação ao artigo 225, no seu §3º é colocado que as conduções e as atividades consideradas danosas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de atender os danos causados.

Embora o meio ambiente esteja acobertado pela lei através das normatizações acima citadas, na prática, infelizmente ainda ocorre um descaso com a temática. Tratar de educação ambiental em uma sociedade capitalista é adentrar num universo egoísta que respira o consumismo e que embora a temática esteja em alta, muitos, principalmente os detentores do capital, ainda não se deram conta de que se não cuidarmos do nosso planeta, sofreremos conseqüências cada vez pior, visto que a cada degradação o planeta vai ficando cada vez mais escasso de reservas naturais. Portanto, é necessário que o homem desperte para a preservação enquanto há tempo, visto que:

[...] não há ecossistemas imutáveis, e a espécie humana, enquanto existir sobre a terra, atuará neles. O que pode e deve mudar é o padrão societário e, conseqüentemente, a visão de mundo que se tem e o tipo de relações sociais e de produção aí inseridas (LOUREIRO, 2002, P. 23).

Dessa forma tanto o poder público quanto a coletividade deve buscar a defesa e preservação da natureza, tendo em vista que a questão ambiental constitui-se como uma problemática que “tem provocado sérios impactos e uma crescente degradação da terra o que tem agravado a qualidade de vida da população mundial” (LIMA, 2002, p. 78).

De acordo com Lima (2002), o meio ambiente precisa ações que possibilitem a reversão do atual cenário mundial, sendo encarado como algo que deve ser incorporado aos projetos que buscam uma vida sustentável na Terra. Esta visão requer um novo olhar para os problemas que a humanidade enfrenta e a buscar de estratégias que possam garantir um futuro sustentável para todas as espécies que habitam a Terra. De nada vai adiantar o emprego de instrumentos de proteção da natureza, se não houver a conscientização das lideranças mundiais e a participação de todos os segmentos da sociedade para a concretização desse objetivo.

Defendemos esta mesma lógica a partir da compreensão de que o Serviço Social é uma profissão, que assim como as demais, não está dissociada da sociedade e da história, sofrendo, dessa maneira, modificações sempre relacionadas à conjuntura dos determinados momentos históricos. Tal pensamento encontra respaldo em IAMAMOTO (2005), quando a mesma versa sobre como o projeto ético-político sofre influência no contexto atual a qual ele está inserido, na forma como ele contribui para a "construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade" (p.11). Assim o Serviço Social se insere na luta pela sustentabilidade, uma vez que a questão ambiental é ao mesmo tempo uma questão social, sendo discutido no próximo ponto que será trabalhado.

2.3 – O Serviço Social na interação com a Sustentabilidade

O Serviço Social “É uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências

Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”⁵

Ao buscar discutir a interação do Serviço Social com a Sustentabilidade faremos um breve resgate da sua ação profissional assumida durante o seu percurso histórico, para assim apreendermos melhor a prática do Assistente Social frente às questões demandadas e relacionadas ao Meio Ambiente e a Sustentabilidade.

Convém lembrar que em suas origens o Serviço Social esteve fortemente vinculado à ideologia dominante e à Doutrina Social da Igreja Católica, tendo por objetivo a busca por responder as expressões da questão social, especialmente por meio do controle da classe trabalhadora para proporcionar a legitimação dos setores dominantes, garantindo a reprodução da mão de obra e do próprio sistema capitalista.

Sendo assim, o Serviço Social resulta da proposta de racionalização da assistência, inserido na divisão sociotécnica do trabalho por ocasião do acirramento do capitalismo industrial durante as primeiras décadas do século XX

Vale ressaltar que foi na década de 1930 que o Serviço Social atingiu um alto grau de funcionalidade, devido a grandes transformações no cenário nacional e internacional, a nível econômico, político e social.

Durante a década de 40 ocorre o aprofundamento industrial, rebatendo sobre aspectos da formação profissional do Assistente Social, demandando ao mesmo análises e debates a respeito do assunto. É neste contexto que são realizados congressos a nível internacional, com o intuito de debater temas de caráter técnico-operacional e político do Serviço Social. Ocorrendo em 1947 o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

Uma das mais importantes instituições, das quais contribuiu para o avanço dos debates acerca da questão social voltada para as Escolas de serviço Social e a formação desses profissionais sociais, foi a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS).

Na década de 50 o Serviço Social passa a ter uma significância maior quando a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros grupos internacionais

⁵ Em: <<http://www.cressrj.org.br/servicosocial.php>>. Acesso em: 25 março 2011.

empenham-se em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade compreendido pelo serviço social “como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à liberdade das classes e camadas subalternas” (NETTO, 2001, p.140) objetivando o amadurecimento profissional do Serviço Social.

A partir da década de 60, surge o movimento de Reconceituação do Serviço Social, como manifestação de denúncia e contestação do “Serviço Social Tradicional que:

...Impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão (...) e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares. (SILVA E SILVA, 2006, P. 72)

Diante do exposto, dá-se início a um profundo processo de reflexão da profissão, representado pelos encontros e seminários que deu origem aos documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, nos quais foram debatidas a Teorização, Metodologia e Cientificidade do Serviço Social.

De acordo com Netto (1996), desde a década de 1970 ocorre uma série de mudanças representadas pela globalização e regionalização dos mercados, que se dão através da flexibilização econômica, tendo maior expressão na década de 1990. Exigindo do Serviço Social novos desafios e perspectivas para a profissão.

Assim, caracteriza-se como desafio à profissão, a consolidação do projeto ético- político que teve sua gênese na década de 1970, avançou nos anos 80, consolidou-se na década de 90, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, em 1993; no Código de Ética de 1993 e nas novas Diretrizes Curriculares de 1996

...comprometido com a classe trabalhadora e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.[...] Ele traz a necessidade de defender os direitos conquistados pela classe trabalhadora, de ir contra as teorias pós-modernas, neoliberais e, ainda, de negar e combater o assistencialismo, o clientelismo e o conservadorismo⁶.

⁶Em:<http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/061037208cap_03.pdf>. Acesso em: 23 março 2011.

Destaca-se ainda, que sua construção sofre influência tanto da tradição marxista, como de outras vertentes que estejam conectadas com o ideal de sociabilidade e equidade.

No contexto contemporâneo, o Serviço Social, se defronta com a contradição explicitada por uma sociedade guiada pela acumulação do capital.

Nesse contexto, de acordo com Silva (2010) a sociedade capitalista vem evidenciando suas contradições, expondo seu potencial destrutivo no tocante às questões ambientais, como condição necessária a sua reprodução. Colaborando com tal análise, Pérez (2005) afirma que tal modelo econômico aprofunda a problemática ambiental e aponta uma opção de superação:

É importante considerar que a passagem de um modelo economicista como o atual para um modelo construído a partir dos princípios e valores da sustentabilidade deve ser proposta como uma transição de longo prazo, progressiva, respaldada por amplos consensos e por uma crescente aprendizagem social que levam a mudanças nos padrões de produção e consumo, na adoção de tecnologias, na regulamentação e no estabelecimento de normas, na organização institucional e na percepção cultural da sociedade (PÉREZ, 2005, p. 29).

Dessa forma, no tocante a questão ambiental é papel do Serviço Social “integrar e coordenar ações destinadas a conscientizar a população sobre esse desafio para a humanidade e intervir com seus métodos e técnicas para, na medida do possível, conseguir minimizar alguns desses efeitos com a comunidade” (KISNERMAN apud AGUAYO e GARCIA, 2005)

A “questão ambiental”, de acordo com Silva (2010) está fortemente baseada no discurso da sustentabilidade, que por sua vez se caracteriza como uma resposta aos limites que apresentam à ordem do capital, limites estes que estão claramente expressos na exaustão de algumas matérias-primas, na baixa produtividade do solo, no desequilíbrio de fatores ambientais, na destruição da biodiversidade, além da decrescente capacidade do planeta de absorver os dejetos e poluentes diversos, resultantes da produção de mercadorias, ou seja, nas constantes violações ambientais.

Dada a amplitude da problemática que afeta todos os âmbitos do ser humano, é fundamental incorporar a dimensão social neste discurso tanto nas diferentes políticas sociais como na intervenção do

Assistente Social desde a perspectiva da atenção integral (AGUAYO E GARCIA, 2005, p.60)

De acordo com os autores referenciados é necessário que o assistente social desenvolva os seguintes princípios:

- Garantir a equidade sóciopolítica e econômica em um processo de transição para uma sociedade mais sustentável;
- Incorporar aos processos políticos de tomada de decisões as preocupações ambientais de forma mais direta;
- Assegurar o incremento da população afetada e a interpretação e implementação dos conceitos associados a essa idéia de desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer um procedimento aberto e acessível para aproximar a tomada de decisões governamentais da população afetada;
- Garantir que a população possa participar de forma criativa e direta nos sistemas econômicos e políticos.
- Assegurar um nível mínimo de igualdade e justiça social mediante um sistema legal, justo e aberto (AGUAYO E GARCIA, 2005, p.61).

Na interpretação de Silva (2010) o Serviço Social brasileiro, incluído na divisão internacional do trabalho, não está imune aos sérios problemas ambientais da contemporaneidade. Há desta forma uma responsabilidade da profissão referida em relação ao enfrentamento dos problemas em questão, que tem se manifestado seja como espaço de intervenção ou como campo de pesquisa. É nesse quadro que se faz cada vez mais notável a produção acadêmica nesta área.

A pesquisa desenvolvida pelo GET – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE descreve que os trabalhos apresentados por assistentes sociais nos anais de eventos científicos, já nos primeiros anos do século XXI, tornam evidentes que os debates sobre o meio ambiente são tomados pelo Serviço Social como uma temática que estimula uma contínua inquietação dos profissionais sobre a “questão ambiental”. Tais trabalhos resultam tanto da intervenção dos assistentes sociais nos seus campos de trabalho, quanto da realização de pesquisas científicas, ambas destinadas a problematizar os processos e movimentos da realidade que apresentam demandas ambientais para o Serviço Social.

A intervenção das assistentes sociais na área ambiental está bem próxima daquela desenvolvida em outras áreas onde atuam estes profissionais: são intervenções voltadas para a administração institucional, gestão de programas e projetos, sendo estas atreladas às tradicionais formas de atuação pautadas em ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e de atribuições que dão suporte à profissão (RAFAEL apud SILVA, 2010, p.148).

A sociedade é bombardeada a cada instante pelos apelos egoístas do sistema capitalista, encontrando-se envolta por uma “visão reducionista do mundo e da vida [que] identifica o progresso e a felicidade com a máxima posse de bens”, (PÉREZ, 2005, p.30-31), deixando claro que é preciso, de fato, avançar em direção às concepções da sustentabilidade.

A respeito desta discussão, Pérez (2005) traz uma reflexão bastante pertinente ao dizer que:

O caminho para avançar para o modelo proposto *supõe uma mudança* em nossa maneira de nos situar ante a realidade. Tal mudança afeta o estilo de vida individual e coletivo, o consumismo, a saúde, o civismo, a igualdade. Uma mudança na cultura coletiva que afeta a forma de pensar, sentir e agir e nossa forma de nos relacionar com a natureza e entre nós mesmos (PÉREZ, 2005, p.30).

Diante de tal colocação, romper o ciclo do comodismo não é fácil, contudo, notamos que aos poucos o discurso da sustentabilidade vem ganhando espaço e o assistente social ante tal desafio deve buscar em sua prática desenvolver o “compromisso pessoal na vivência e transmissão de valores e comportamentos mais sustentáveis” (PÉREZ, 2005, p.30) fazendo de sua prática uma contribuição para uma sociedade mais consciente e praticante de suas responsabilidades.

A preservação do meio ambiente é uma necessidade posta pelo planeta e desta depende uma consciência ecológica e para essa se firmar é preciso que aja educação (GADOTTI, 2005)

A educação ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental,

compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais⁷.

Não configurando-se como um campo de intervenção apenas dos assistentes sociais, entretanto é uma das ferramentas que podem contribuir na ação interventiva do profissional, dessa forma:

Cabe ao profissional de Serviço Social trabalhar com a educação ambiental, não só como uma demanda emergente e urgente, mas, como uma realidade posta, que atinge o seu espaço ocupacional cotidianamente⁸

Com isso, tanto o profissional como qualquer indivíduo deve buscar a mudança para melhorar o planeta, que segundo Pérez (2005), só é possível numa perspectiva na qual a pessoa interaja com as mais diversas esferas de sua existência de acordo com os valores assinalados na Carta da Terra, sem os quais fica inviável uma análise e ação profunda que esteja em consonância com o que o desenvolvimento sustentável nos propõe, sendo preciso que se desenvolva:

- A cooperação, ajuda e colaboração com o objetivo de alcançar e estabelecer metas comuns e não individuais.
- O respeito pela Terra, pela vida, pela diversidade cultural.
- A solidariedade traduzida em práticas de apoio, cooperação, comunicação e diálogo.
- A justiça.
- A equidade para eliminar as desigualdades mediante a democratização das oportunidades, a satisfação das necessidades humanas de gerações presentes e futuras.
- A precaução, para prever e tomar atitudes, causando o menor dano e minimizando todo impacto possível.
- A paz e a segurança, não como ausência de violência, mas como equilíbrio nas relações humanas e destas com a natureza.

⁷Em:<http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/educacao_ambiental/educacao_ambiental.html>. Acesso em: 23 março 2011

⁸ Em:<<http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/108574/sustentabilidade-e-servico-social-novos-paradigmas.html>>. Acesso em: 19 janeiro 2011

Alcançar essas metas só é possível em um processo no qual todos se sintam como educandos e educadores em todas as facetas e âmbitos da existência humana. Para tanto, é necessário a construção de uma consciência ecológica que nos direcione a importância do efeito multiplicador de nosso compromisso por meio de mudanças atitudinais e um comportamento mais respeitoso ante a natureza para superar este contexto de destruição.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 1998, p17)

Vislumbrando um planeta saudável, vemos a necessidade de todos se comprometerem com a preservação da natureza, neste sentido o Assistente Social está diretamente ligado a essa ação de modo que vimos a interação do Serviço Social com a sustentabilidade. No capítulo a seguir veremos o processo da formação do Assistente Social, perpassando pelo estágio supervisionado e finalizando com a construção e execução de um projeto interventivo.

CAPITULO III

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

3.1 A Experiência do Estágio Supervisionado no Programa Pró-Moradia

O estágio supervisionado integra o currículo do Curso de Serviço Social como componente obrigatório, visto que desempenha um papel fundamental na formação do assistente social. Assim, afirma Buriolla (1999):

“... o estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicie um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.” (BURIOLLA, 1999, p.17)

Dessa forma, devemos ver o estágio como um espaço de treinamento, onde o(a) aluno(a) desenvolve as devidas atividades requeridas para a aprendizagem do fazer concreto do(a) assistente social.

Conforme Oliveira (2004) a formação deste profissional de Serviço Social inicia-se no curso e vai sendo construída no decorrer do exercício de sua prática, adquirindo maior solidez, conforme o profissional vai se identificando como membro efetivo da sua categoria, apropriando-se do seu compromisso social e do significado sócio-histórico da profissão.

Daí, entender-se a formação profissional do assistente social como “um processo contínuo e inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção de saberes mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional” (PINTO apud OLIVEIRA, 2004, p. 61). Sob tais considerações é pertinente afirmar, segundo Oliva (1989) que o estágio é fundamental para o aprofundamento do conhecimento da realidade concreta, na medida em que se

torna uma forma de apropriação desse conhecimento relativo às questões presentes na sociedade.

Com base nessa compreensão recorreremos à afirmação de Rosa Pinto (1997) quando ela reforça que “a formação profissional não se completa na conclusão do curso, pelo contrário, o curso é seu desencadeador” (PINTO apud OLIVEIRA, 2004, p.60).

Todo este conhecimento serviu de base para realizarmos o nosso estágio supervisionado, que se deu na área da habitação popular.

Na condição de aluna do Curso de Serviço Social fomos encaminhadas à Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP para realização do estágio supervisionado. A escolha da área habitacional atendeu a uma inclinação pessoal e também acadêmica. Esta decisão nos ligou aquela instituição pelo papel que ela desempenha no Estado da Paraíba.

Nos primeiros momentos do nosso estágio, passamos a acompanhar as ações desenvolvidas pela CEHAP, já que este é o órgão responsável pela execução dos programas voltados ao atendimento das demandas habitacionais no Estado da Paraíba, e particularmente, na cidade de Campina Grande-PB. Inicialmente, conhecemos a citada instituição nos aspectos físico, administrativo e gerencial dos programas habitacionais. Posteriormente, fomos encaminhadas para observação do Trabalho Social que estava sendo desenvolvido com os futuros moradores dos conjuntos que serão construídos na Alça Sudoeste, com recursos do Pró-Moradia. Através deste, passamos a acompanhar as reuniões realizadas com esses beneficiários, necessárias à execução desse programa e a nos relacionar com a população que seria beneficiada com a aquisição de uma casa via o citado programa. Esse fato contribuiu para vivenciarmos um pouco a prática profissional do Serviço Social, bem como apreender e possibilitar uma melhor compreensão das ações e das possibilidades voltadas para a área da habitação.

A partir da construção do conjunto “Bairro das Cidades”, o primeiro projetado e edificado na Alça Sudoeste, passamos a acompanhar a Equipe Técnica em suas ações e a identificar as demandas sociais postas para aqueles moradores. Dentre estas, destacamos a necessidade de uma intervenção na área do Meio Ambiente.

3.2 A Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba - CEHAP

A CEHAP é um órgão que tem como objetivo o combate ao déficit habitacional atuando como importante articulador da política de atenção à moradia de baixa renda, no Estado da Paraíba.

Ela é uma sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída na forma da Lei Estadual nº 3.328 de 04 de Junho de 1965, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba, tendo a responsabilidade de desenvolver a política de habitação, mediante coordenação, elaboração e execução de estudos, programas e projetos específicos. Tem sede na cidade de João Pessoa – PB e suas ações se estendem por todo o Estado da Paraíba.

A mesma adota as normas e instruções do Sistema Financeiro de Habitação, particularmente da Caixa Econômica Federal. Sua estrutura organizacional é composta por:

- I. Órgãos de administração superior;
- II. Órgãos de Apoio, Assessoramento e Consulta;
- III. Órgãos de Execução.

São integrantes da Administração Superior: Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Esta última tem sob sua supervisão direta os órgãos de apoio, assessoramento e consulta, ligados diretamente ao Diretor Presidente. Os órgãos de execução são compostos pelas seguintes gerências: Administração Geral, Estudos e Projetos, Obras, Operações Financeiras, Operações Imobiliárias e Administrativas de Créditos.

A Gerência de Estudos e Projetos é a responsável pela fase preliminar de qualquer contrato, a apresentação da proposta. Depois do projeto aprovado pela Caixa Econômica Federal, contratado e efetivados os repasses financeiros para a CEHAP, é a Gerência de Obras quem se responsabiliza pela fase de execução das obras.

Cabe a CEHAP promover o acesso à moradia em ambiente saudável, bem como melhorar a qualidade de vida da população paraibana cumprindo os seguintes objetivos sociais:

- O planejamento setorial de produção e comercialização de unidades habitacionais, de equipamentos comunitários e de centros comerciais, situados em conjuntos habitacionais de interesse social, obedecendo aos critérios e normas estabelecidas pelo Governo do Estado e pela Legislação Federal;
- Aquisição e urbanização de terrenos a serem utilizados em programas habitacionais de interesse social;
- O exercício da construção civil, inclusive reformas, diretamente ou através de terceiros;
- O apoio a programas e projetos de desenvolvimento comunitário, necessários à implementação e manutenção dos seus programas habitacionais;
- Urbanização de favelas e bairros pobres, inclusive com a construção de equipamentos comunitários;
- Execução de programas de desenvolvimento rural integrado, com a construção e reforma de habitações, equipamentos comunitários e obras de infra-estrutura;
- Execução de projetos de construção civil pelos sistemas de auto-financiamento, de consórcios imobiliários e de arrendamento residencial. (Em: <<http://www.cehap.pb.gov.br> >. Acesso em:19 junho 2011)

De acordo com a engenheira Socorro Gadelha, ex-Presidente dessa instituição (dados de 2010), a CEHAP, durante seus 45 anos de existência, registrou 112 mil habitações populares construídas em toda a Paraíba, contribuindo para o desenvolvimento urbano das grandes, médias e pequenas cidades, desde o planejamento, produção até a comercialização de unidades habitacionais de caráter popular e de interesse social.

Buscando sanar o problema do déficit habitacional no Estado a CEHAP tem trabalhado com os seguintes programas:

- PROMORAR – Programa de Erradicação de Sub-moradia criado em 1979, “destinado á urbanização das favelas, substituindo o processo de remoção, com a construção de novas habitações e a melhoria de outras, através do sistema de auto construção” (ALMEIDA, 2005, p. 89);
- Projeto Mariz – Programa criado em 1996 com o objetivo de construir casas com blocos de pré-moldados, para possibilitar baratear os gastos com a

construção de habitações voltadas para a população de baixa renda e assim, atender à demanda daqueles que seus salários variam entre um e três salários mínimos;

- PROGRAMA DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL – PAR destinado a propiciar moradia à população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra;
- PROGRAMA DE SUBSIDIO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PSH - tem por objetivo oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios concedidos após o beneficiado assinar o contrato de crédito habitacional junto às instituições financeiras habilitadas a operar no programa;
- CHEQUE MORADIA – Instrumento criado pelo Governo do Estado e concedido para construções e reformas de casas, tanto para a zona urbana como para a zona rural. É um programa que utiliza o crédito do ICMS e beneficia famílias que possuem renda de até 2 salários mínimos;
- CRÉDITO SOLIDÁRIO - Programa de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS criado pelo Conselho Curador - CCFDS, conforme Resolução 93/2004 e regulamentado pelo Ministério das Cidades em dezembro de 2005. É voltado também para atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda.
- CARTA DE CRÉDITO FGTS (Resolução CCFGTS 460/04) - A resolução 460/2004 define as diretrizes para a utilização dos recursos advindos do FGTS, com vigência iniciada em 2005, estabelecendo como meta o direcionamento dos recursos do FGTS para famílias com renda de cinco salários mínimos. Este subsídio em nosso Estado fica em torno de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) por unidade habitacional dependendo da região.
- PRÓ-MORADIA – Oferece acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos.

No próximo item especificaremos mais este programa, uma vez que foi através deste que tivemos a possibilidade de viabilizar nosso estágio supervisionado e o nosso projeto de educação ambiental.

3.2.1 As Ações do Pró-Moradia na Cidade de Campina Grande/PB

Criado em 1995 pela resolução 178/95, o Pró-Moradia é um programa habitacional que utiliza recurso do FGTS e do Estado, tendo como objetivo desenvolver ações que resultem na produção de habitação para a população de baixa renda, sendo financiado pela Caixa Econômica Federal, que tem a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a execução do programa em questão.

A execução dos programas e projetos gerenciados pela CEHAP não se limitam apenas à construção e entrega de casas; ela vai mais além. Desenvolve um trabalho técnico social junto às pessoas que serão beneficiadas com as novas moradias, não apenas durante início e no decorrer da execução das obras, mas durante a fase de ocupação dos imóveis, indo até a finalização do projeto social.

A população beneficiada pelo Pró-Moradia é alvo de um trabalho técnico-social que tem como objetivo criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos imóveis. Esta ação técnica é desenvolvida por uma equipe social formada por profissionais com formação em Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia, cuja ação está pautada no COTS – Caderno de Orientação Técnico Social.

O trabalho técnico-social está fundamentado em três eixos que são:

- Organização Comunitária - visa à mobilização e a participação social através da difusão de informações, estabelecimentos de canais de comunicação, da instituição e/ ou fortalecimento de bases associativas;
- Capacitação Profissional e Geração de Renda - favorece a melhoria econômica financeiro da comunidade por meio de ações direcionadas à geração de renda. Neste sentido podemos citar alguns cursos direcionados aos beneficiários como por exemplo: curso de manicure, padeiro, cabeleireira, etc;
- Educação Sanitária e Ambiental - atividades que possibilitem a disseminação de informações referentes à educação sanitária e ambiental objetivando a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. (COTS, 2004)

Com o objetivo de subsidiar Estados/Prefeituras na efetivação do Trabalho Social durante o processo de execução das obras, foi incorporado aos

itens de investimentos dos projetos um valor específico para o referido trabalho, cabendo a Caixa Econômica o acompanhamento e a avaliação de suas ações.

O objetivo do Trabalho Social é desenvolver um conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, visando o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade do empreendimento/projeto.

Além disto, a Caixa determina que esse mesmo trabalho deve assegurar o cumprimento das seguintes diretrizes:

- Apoio à organização social e incentivo aos processos participativos;
- Incentivo à autonomia da população por meio da utilização de metodologias participativas;
- Atuação integrada em equipes multidisciplinares;
- Estímulo às ações em outras instituições públicas, governos, entidades sem fins lucrativos e/ou empresas privadas;
- Incentivo à articulação dos atores institucionais na promoção da integração de Programas e Políticas Públicas.

As atribuições básicas do técnico social, determinadas pelo Pró-Moradia são as seguintes:

- Análise preliminar da proposta e o estudo da viabilidade e do alcance social;
- Análise do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) realizado pelo proponente;
- Acompanhamento e avaliação do PTTS em execução pelo promotor;
- Orientação ao proponente credenciado, quando solicitado ou quando for necessário. (COTS, 2004)

Dentre as ações do Pró-Moradia, em Campina Grande podemos citar os Conjuntos Gloria I e II, que através da construção de 670 unidades habitacionais, promoveu o reassentamento de igual número de famílias, que viviam em uma área de risco, no espaço denominado Cachoeira. Além da construção do referido conjunto, está aprovado a construção de 1700 unidades habitacionais, que serão distribuídas em quatro conjuntos residenciais: Três Irmãs, Novo Cruzeiro, Colina do Sol e Bairro das Cidades, todos na Alça Sudoeste. Destes, apenas o Bairro das Cidades foi concluído e suas casas devidamente ocupadas.

3.2.2 Breve Histórico do Bairro das Cidades

O Bairro das Cidades fica situado no loteamento denominado Catingueira. Surgiu em agosto de 1985 com a ocupação de um terreno de propriedade da Prefeitura Municipal. Em 1988, a Prefeitura Municipal doou parte do terreno às famílias que já residiam no local. O bairro foi denominado Bairro das Cidades por ter muitas ruas com nomes de cidades.

Parte significativa de sua área não havia sido ocupada. Por isso, a Prefeitura Municipal a disponibilizou para utilização do Pró-Moradia, construindo o novo Conjunto Habitacional, formado por 322 unidades habitacionais, dentre estas, 27 casas construídas de forma adequada para pessoas idosas e 8 para portadores de necessidades especiais.

Este foi o conjunto no qual desenvolvemos nosso estágio supervisionado e o projeto de intervenção, que apresentaremos a seguir.

3.3 A Construção do Projeto de Intervenção

O projeto de intervenção foi elaborado a partir de nossa vivência no campo de estágio. Desenvolvemos o mesmo objetivando disseminar atitudes de cuidado com o meio ambiente. Assim, protegê-lo e melhorá-lo pensando nas crianças como fortes aliadas no combate à degradação ambiental. Tendo em vista que as mesmas têm uma grande facilidade de absorção e ação de novas idéias, entre os eixos vistos anteriormente, resolvemos trabalhar o eixo Educação Sanitária e Ambiental junto às crianças em idade de 9 a 11 anos, filhos dos moradores do Bairro das Cidades, através de ações educativas voltadas para a questão ambiental, visando despertar uma consciência voltada para a preservação do meio ambiente. Buscamos, via projeto de intervenção o despertar para a responsabilidade que cada habitante tem para com o equilíbrio do planeta.

Compreendemos que é através da educação ambiental que se criam as bases para que se passe a ver a natureza como um bem maior. Partindo desta visão

buscamos sensibilizar as crianças, homens e mulheres do futuro, para a defesa do meio ambiente, a partir do engajamento das mesmas, disseminando a idéia de preservação nas suas próprias famílias e na comunidade.

A certeza de que as crianças estando informadas sobre a importância que tem um Meio Ambiente saudável para a saúde do planeta e para a melhoria da qualidade de vida da humanidade, podem se tornar agentes multiplicadores dessa idéia, “*soldadinho do meio ambiente*”. A partir dessa percepção, nosso projeto busca trabalhar com as crianças que residiam em todas as quadras do conjunto. Contudo, delimitamos um grupo de 20 crianças para desenvolver nosso projeto, tendo em vista um melhor aproveitamento dos conteúdos apresentados nos encontros.

Para escolha dos participantes foram observados os seguintes critérios:

- Criança em idade de 9 a 11 anos que estudassem no turno da manhã;
- Crianças interessadas na temática;

Nosso projeto teve como objetivo geral:

- Desenvolver ações educativas a respeito da questão ambiental com crianças “em idade escolar” moradoras do conjunto habitacional Bairro das Cidades.

E como Objetivos Específicos:

- Mostrar o desequilíbrio ambiental que a terra está vivendo;
- Orientar sobre a importância da coleta seletiva do lixo;
- Desenvolver a consciência do uso e preservação da água;
- Despertar o interesse das crianças para a reciclagem através da arte;
- Incentivar o plantio de árvores e plantas ornamentais.

No sentido de atingir os objetivos propostos levaremos às crianças a idéia de preservação da natureza, através de palestras que trabalhem os seguintes temas: Importância da Preservação Ambiental, Coleta Seletiva do Lixo, Reciclar é Preservar, Meu Planeta = Minha Casa: Sou Responsável e É Hora de Plantar.

O projeto buscará envolver as crianças de uma forma lúdica durante todo o processo de execução deste. Os temas descritos serão levados aos participantes, durante seis (6) encontros semanais, através de palestras, oficinas, apresentação de vídeos, fantoches, de uma forma lúdica, brincando, construindo brinquedos reciclados e distribuindo-os em seguida entre os membros do grupo.

3.3.1 O processo de execução do projeto de Intervenção

Ao construir o projeto de intervenção que tem como proposta principal a educação ambiental para construção de um planeta mais saudável, seguimos alguns passos para sua execução.

1º Passo: Contactamos com a associação dos moradores do conjunto informando a importância da realização de um projeto de educação ambiental que envolvesse os filhos dos moradores. De imediato seus membros se mostraram favoráveis a idéia;

2º Passo: Entramos em contato com a direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Major Veneziano Vital do Rêgo buscando uma parceria, através da disponibilização de um espaço para realização dos encontros programados, obtendo êxito;

3º Passo: Divulgamos para todas as quadras do conjunto habitacional a realização do projeto de educação ambiental e convidamos as crianças com idade entre 9 e 11 anos, que tivessem o desejo de participar desse projeto, para fazer suas inscrições tendo como critério o preenchimento de uma ficha, onde a mesma se comprometesse a ser multiplicador dessa idéia;

Paralelamente ao cumprimento da seqüência exposta, foram providenciados os demais itens referentes à organização do evento, tais como:

- Planejamento dos temas a serem apresentados em cada encontro;
- Contato com os parceiros;
- Confecção de crachá/ lista de presença;
- Preparação dos recursos materiais (fantoques, papeis e lápis diversos, tinta, entre outros).

Como parceiros do projeto apresentado, contamos com a CEHAP, a colaboração da aluna Maria das Dores Lira do curso de Geografia da UEPB, a gestão da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio Major Veneziano Vital do Rêgo, o programa de arborização da UEPB, na pessoa do Sr. Arnaldo Bezerra de Menezes, a Associação dos Moradores do Conjunto Bairro das Cidades, pelo seu diretor, Sr. Francisco e a empresa CADFLEX, que nos cedeu um transporte para viabilizar a distribuição das mudas das plantas, entregue no último encontro.

Em 01 de junho de 2009 vivenciamos o primeiro encontro, que teve como tema: *A Importância da Preservação Ambiental*. Este assunto foi levado às crianças pela estudante do curso de geografia (UEPB), Maria das Dores Lira, que numa linguagem acessível à faixa etária das crianças mostrou o valor do nosso planeta e o cuidado que devemos ter com o mesmo. A temática também foi explorada através de panfletos produzidos, entregues e explicados pela estudante.

Com o título, *A Coleta Seletiva do Lixo*, o segundo encontro buscou instruir as crianças sobre processo de coleta seletiva, levando-as a perceber a sua importância para a preservação do meio ambiente e da sua comunidade como um espaço agradável para se morar. Nesse encontro o tema foi apresentado de maneira lúdica, utilizando fantoches e os símbolos da coleta seletiva. No momento, organizamos uma oficina onde as crianças, divididas em quatro grupos, construíram lixeiras e fantoches para apresentação do que elas aprenderam sobre a importância da coleta seletiva.

No terceiro encontro com o tema *Reciclar é Preservar*, iniciamos com a entrega de brinquedos, confeccionados com materiais reciclados para despertar nas crianças a curiosidade a respeito da transformação do lixo em coisas úteis a sua vida. Feito isso, deu-se início a oficina de produção de brinquedos como: jogo da memória, quebra-cabeça, jogo da dama, vai e vem, entre outros.

Uso e Preservação da Água, esse foi o tema do nosso quarto encontro, que iniciou com uma dinâmica na qual as crianças foram estimuladas a expressar a importância da água no seu cotidiano, a partir da vivência dos participantes daquela reunião. Para finalizar, as crianças dramatizaram uma pequena peça sobre o que lhes foi exposto e produziram cartazes relativos ao tema trabalhado.

O quinto encontro apresentou *Meu Planeta = Minha Casa: Sou Responsável*, foi levado às crianças através de vídeos. Os assuntos explanados até então, reforçando a responsabilidade que cada um tem em cuidar dessa imensa casa que é o nosso planeta. Se assim não for feito, e as futuras gerações não o fizerem nós mesmos sofreremos as conseqüências do descaso com que tratamos o meio ambiente.

As crianças receberam como compromisso a tarefa de visitar o maior número possível de vizinhos para lhes entregar panfletos, e também expor, de acordo com o que foi vivenciado nos encontros, a importância da preservação ambiental. As crianças se comprometeram a convidar os moradores do bairro para

participar do sexto e último encontro - *É Hora de Plantar*. Este, contou com a participação dos membros do projeto de extensão da UEPB “Adote Uma Árvore”, que tem como gerente operacional o Sr. Arnaldo Bezerra de Meneses. O projeto recebeu a doação de 200 mudas de árvores e distribuiu-as com os moradores do conjunto habitacional Bairro das Cidades.

O sexto e último encontro contou também com a entrega de um livrinho produzido pela aluna Chirlene da Silva Grangeiro, contendo todos os temas desenvolvidos com as crianças e também uma medalha em agradecimento a participação dos “*soldadinhos do meio ambiente*”.

O projeto apresentado foi realizado no período de 01 a 26 de junho de 2009, acontecendo nas quartas e sextas-feiras, das 14h:00mim. às 17h:00mim. Cada encontro tratou de um assunto específico que na sua totalidade aborda a temática do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a industrialização ocorreu um profundo processo de urbanização conseqüentemente a instalação dos problemas habitacionais, a exemplo da: insuficiência de moradias, ocupações irregulares e precárias, entre outras situações estendendo-se até os dias atuais.

No decorrer da história o Governo vem mesmo que timidamente implantando medidas para combater o déficit habitacional, tendo a formulação de uma política habitacional propriamente dita a partir da criação do BNH, em seqüência vieram vários programas, no entanto não foi sanada tal problemática.

Ainda que a moradia adequada seja um direito de todo ser humano, há muito que se fazer para concretização de tal direito, há uma série de fatores relevantes que são necessários para corresponderem a uma moradia digna aos seus habitantes. É preciso viver e morar bem.

A experiência de estágio supervisionado em Serviço Social junto a Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, especificamente no Programa Pró-Moradia, sem dúvida possibilitou um enriquecimento teórico-metodológico para o nosso processo de formação profissional.

Com o apoio da equipe técnica social da CEHAP, Programa Pró-Moradia tivemos a oportunidade de conhecer o funcionamento da instituição, bem como as atividades cotidianas realizadas por essas profissionais, a exemplo do acompanhamento das famílias beneficiadas pelos diversos projetos desenvolvidos pela CEHAP, através de reuniões, palestras, cursos, oficinas e visitas domiciliares.

A prática profissional do Serviço Social no âmbito do programa Pró-Moradia é um espaço do exercício profissional do assistente social, fazendo germinar ações de cidadania que criam mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários no processo de decisão (implantação e manutenção dos bens/serviços, a fim de adequá-los às necessidades dos grupos sociais atendidos), bem como incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade do empreendimento, durante o processo de construção dos conjuntos habitacionais.

Por assim ser, mediante os três eixos em que a equipe técnica se fundamenta, o que nos chamou bastante atenção foi o eixo de Educação Sanitária e

Ambiental. Principalmente porque é sabido que a partir da industrialização, da busca pelo lucro a qualquer custo, e conseqüentemente do consumo, o modo de produção capitalista tem levado a humanidade a uma infinita crise ambiental, proporcionando problemas e riscos ambientais que comprometem as gerações atuais e as futuras. O Bairro das Cidades, imerso nessa realidade está fadado a essas mesmas determinações do capital. Daí, a importância da Educação Ambiental para a fundamentação do nosso projeto de intervenção, no sentido de sensibilizar os filhos dos moradores do “Bairro das Cidades”, para as questões ambientais do planeta, de uma maneira didática, lúdica e interativa. E, para nossa satisfação eles interagiram muito bem.

Sentimos que ao participar dos encontros, as crianças tomaram consciência da real dimensão da questão ambiental e também da necessidade de se comprometerem a ser um cuidador do meio ambiente.

Uma das conquistas da implantação do projeto deu-se por termos firmado com o Sr. Arnaldo (Gerente operacional do projeto de extensão da UEPB “adote uma arvore”), ainda que apenas verbalmente, um compromisso no qual, o plantio das mudas no conjunto habitacional, seria acompanhado pelo Projeto de extensão “Adote Uma Arvore”. Outro resultado positivo que alcançamos foi a perspectiva da firmação de uma parceria entre o Programa de arborização da Universidade Estadual da Paraíba e a CEHAP, para a arborização completa do conjunto habitacional Bairro das Cidades. Tal ação contaria com o plantio de três árvores em cada casa, Uma na calçada, uma no jardim e outra frutífera no quintal.

As conquistas alcançadas nos direcionaram para a perspectiva de que embora, tenhamos enfrentado alguns contratemplos como a mudança de datas de encontros e presença quantitativa da comunidade abaixo do esperado, a execução do projeto foi uma experiência qualitativamente positiva, uma vez que a semente foi lançada deixando a certeza que os frutos desta ação serão colhidos.

Desenvolver este projeto foi uma conquista tanto acadêmica como pessoal. Estar com as crianças desenvolvendo temas que nos fizeram refletir sobre os cuidados que devemos ter com o meio ambiente e vislumbrar esperança de um planeta mais harmônico, nos motiva a caminhar rumo à direção de ações concretas que de fato influenciem na sensibilização do ser humano, para que ele tome atitudes em defesa da vida e do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ESCRITAS

ABRANTES, F.M.N. **POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM QUESTÃO: A percepção dos beneficiários do Programa Pró-Moradia da Alça Sudoeste- Bairro das Cidades no município de Campina Grande/PB.** Trabalho Acadêmico Orientado (TAO). Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande – 2009

Aguayo, Imaculada Herranz & Garcia, Luiz Miguel Rondón. O meio Ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social. IN: **Serviço Social e Meio Ambiente.** São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, A. R.C. **Inadimplência Habitacional: Uma Experiência vivenciada pelos Mutuários do Conjunto Habitacional Mangabeira.** Dissertação de Mestrado – João Pessoa – 2005.

ARAÚJO, T. E. P. Et. Al. **A educação ambiental no projeto de águas subterrâneas do Nordeste do Brasil e suas repercussões na comunidade rural de Mirandas/Caraúbas/RN.** In: XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, Florianópolis. 2002.

BONDUKI, N. **As origens da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** 2008. Disponível em: <<www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>> Acesso em: 10 de novembro de 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa de Brasil.** Brasília: senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964.** Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4380.htm>. Acesso em: 20 nov. 2009.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 20ªed. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.

COSTA, T. H. B. S & LIMA, R. E.de. **Questão Urbana e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 25, n79, especial 2004.

COTS- **Caderno de Orientação Técnica Social**- Programa Setor Público- Março, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **1949 – Iniciação à temática ambiental** .São Paulo: Gaia, 2002

FERNANDES, Marlene. **Agenda Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

GÓMEZ, J. Andrés Dominguez, Et Al. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, M. da Conceição Vasconcelos; Et. Al. **O Trabalho Social e a Política Habitacional**. Sociedade em Debate. Pelotas, 13(2): 175-190, jul –dez./ 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino & MEDINA, Naná Mininni. **Educação Ambiental: Curso Básico a Distância, documentos e legislação da educação ambiental**. Brasília: MMA, 2001.

LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino & MEDINA, Naná Mininni. **Educação Ambiental: Curso Básico a Distância, questões ambientais conceitos, história, problemas e alternativas**. Brasília: MMA, 2001.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder Local X Exclusão Social: A experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Francisco Valdenir. Considerações sobre legislação ambiental. IN: SOUZA, Francisco Augusto De Educação Ambiental (ORG) **Uma proposta metodológica para o ensino fundamental e médio**. Cajazeiras/PB: Editora Gráfica Vitorino, 2002.
LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo (org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate?**– 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002

MINAYO, M.C. **Pesquisa social – Teoria, Método e Criatividade – Coleção Temas Sociais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos MCidades 4: Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Relatório Final da Terceira Conferência Nacional das Cidades**. Brasília: Secretaria Executiva dos Conselhos das Cidades, 2008.

NETTO, J.P. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3ª ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NOVAES, Washigton (coord.). **Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvelando significados. IN: **Serviço Social e Sociedade**. nº 80. São Paulo: Editora Cortez – 2004

OLIVEIRA. Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade; para compreender**. Rio de Janeiro: IBAN/DUMA, 2001.

ONU. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>>. Acesso em: **10 de novembro de 2009**.

PEREIRA FILHO, Plínio. Globalização Meio Ambiente e Sustentabilidade. IN: SOUZA, Francisco Augusto De Educação Ambiental (ORG) **Uma proposta**

metodológica para o ensino fundamental e médio. Cajazeiras/PB: Editora Gráfica Vitorino, 2002.

PÉREZ, Alejandro Gaona. Necessidade de formação do assistente social no campo ambiental. IN: **Serviço Social e Meio Ambiente.** São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e cidade: Notas sobre a questão social em São Paulo. IN: **Serviço Social e Sociedade.** nº 90, Ano XXVII. São Paulo: Editora Cortez – 2007

ROLNIK, Raquel. Coleção Primeiros Passos: **O que é Cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1988. Brasília. 1999.

SANTOS, Raquel dos. **Serviço Social e Meio Ambiente.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Rio de Janeiro – 2007

SILVA, M. O.S. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, MARIA DAS GRAÇAS E. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: Um desafio ético-político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010

SOARES, L. T. **Os custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000. (Questões de Nossa Época, 78)

SOUZA, Francisco Augusto De. Princípios Básicos da Educação Ambiental. IN: _____. (ORG). **Educação Ambiental: Uma proposta metodológica para o ensino fundamental e médio.** Cajazeiras/PB: Editora Gráfica Vitorino, 2002.

SOUZA, Romulo Alves Augusto de. Conceitos de Educação Ambiental. IN: SOUZA, Francisco Augusto De Educação Ambiental (ORG) **Uma proposta metodológica para o ensino fundamental e médio.** Cajazeiras/PB: Editora Gráfica Vitorino, 2002.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação.** São Paulo: Globo, 2005.

SILVA E SILVA, M. O. da. O processo de reconceituação do Serviço Social no Brasil: Emergência do Movimento de Ruptura. In: **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. cap. 2, p. 71–96.

OUTRAS FONTES:

ATAURI, Ilda Chicalé. **Sustentabilidade e serviço social: novos paradigmas**. 2009. Disponível em: <<http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/108574/sustentabilidade-e-servico-social-novos-paradigmas.html>>. Acesso em 19/01/2011

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade**. Revista Lusófona de Educação, 2005, 6, 15-29. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a02.pdf>>. acesso em: 23/03/2011.

SANTOS, Luiz Cláudio dos. **A QUESTÃO DO LIXO URBANO E A GEOGRAFIA**. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1014-1028luiz.pdf>>. Acesso em 23/02/2011

http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/educacao_ambiental/educacao_ambiental.html. Acesso em: 23/03/2011

<http://www.colegioweb.com.br/aquecimento/acoes-do-homem-e-o-meio-ambiente1.html>. Acesso em: 09/03/2011

http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/0610372_08_cap_03.pdf Acesso em: 23/03/2011

<http://www.cressrj.org.br/servicosocial.php> Acesso em: 25/03/2011

<http://www.cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-na-educacao-infantil-reducao-reutilizacao-e-reciclagem.html> acesso em: 27/04/2011

<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/jul97/movim1.htm> Acesso em: 08/06/2011

<http://www1.caixa.gov.br> Acesso em: 05/05/2011

<http://www.cehap.pb.gov.br> Acesso em: 19/06/2011

<http://br.monografias.com/trabalhos3/politica-habitacional-brasileira-exclusao/politica-habitacional-brasileira-exclusao4.shtml> Acesso em: 05/05/2011

<http://www.revistainfovias.com.br/portal/materias/ed-06/136/> [Paginas Azuis](#) Acesso em: 07/11/2010

ANEXOS

CONJUNTO BAIRRO DAS CIDADES

EM CONSTRUÇÃO



CONSTRUÍDO



SORTEIO DAS CASAS



ENTREGA DAS CASAS



REUNIÃO COM OS BENEFICIÁRIOS



CONVITE PARA PARTICIPAR DO PROJETO

VAMOS APRENDER A PRESERVAR O MEIO AMBIENTE
BRINCANDO?
ONDE? E.E.E.F.M. Major Veneziano Vital Do Rêgo
QUANDO? Nas quartas e sextas
HORÁRIO: De 2:00h às 5:00h da tarde
INÍCIO: 29/05/2009
VOCÊ É CONVIDADO(A) A SER UM SOLDADINHO DA
LIMPEZA!
VAMOS EMBARCAR NESTA AVENTURA?

MODELO DA FICHA DE INSCRIÇÃO

Programa pró-moradia – CEHAP
Município de Campina Grande – PB
Alça-Sudoeste – Conjunto Habitacional Bairro das Cidades
Projeto de Educação Ambiental com Crianças

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: ____ NÚMERO DE IRMÃOS ____

ESCOLARIDADE: _____ TURNO: _____

NOME DA ESCOLA: _____

PAIS: _____

ENDEREÇO: _____

EU: _____ DESEJO PARTICIPAR DO
PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SER MULTIPLICADOR DESSA IDÉIA.

1º Encontro

Tema: A Importância da preservação ambiental

Acolhida – Uma Boneca acolhendo na porta da sala com pirulitos

Dinâmica de apresentação – Os crachás estão no centro da sala, cada participante pega um, contanto que não seja o seu, ao passo que o participante fala o nome que está no crachá, o dono do nome se apresenta, dizendo de que quadra e lote faz parte e porque deseja fazer parte do projeto. Segue até todos se apresentarem.

Dinâmica da bola – Cada participante recebe uma bola de sopro, onde irá enche-la e terá o maior cuidado, pois aquela bola estará representando sua própria vida. Ao conduzir este momento fazer uma ponte na importância do cuidado com a vida através do cuidado com o meio ambiente.

Palestra: A Importância da preservação ambiental

Maria das Dores Lira – Estudante de Geografia da UEPB

Dinâmica Você ama o planeta? – Com as cadeiras da sala colocadas em círculo, uma pessoa se direciona a outra que está sentada e pergunta: Você ama o planeta? Esta responderá que sim e dirá um motivo, todos saem do lugar e quem ficar de pé prossegue a dinâmica fazendo a mesma pergunta. Exemplo:

Você ama o planeta? Amo

Por quê? Por que ele nos fornece água

Lanche

Atividade – Dividir em grupo e pedir que eles representem em forma de desenho as frases propostas como se fosse montar em livrinho:

- Era uma vez um rio de água limpinha, limpinha
- Bom era uma vez
- Tinha também uma floresta pra lá de bonita
- Tinha...

- E os arredores das cidades eram repletos de muito verde e ar puro.
- Argh! Que fedor!

OBS.: Frases retiradas do livrinho: A incrível história do mundo que ia morrer.

Compromisso

- Contar para os pais o que aprendeu no encontro de hoje;
- Jogar lixo no lixo;
- Motivar coleguinhas, vizinhos, familiares... a jogar lixo no lixo.

2º Encontro

Tema: Coleta seletiva do lixo

Boas vindas

Apresentação do tema: Através da brincadeira da forca

Desenvolvimento do tema: o tema vai sendo desenvolvido com o auxílio de um fantoche que de forma lúdica tem um diálogo com as crianças apresentando o que é, porque fazer e como fazer a coleta seletiva.

Apresentação dos símbolos da coleta seletiva:

Plástico – Vermelho

Vidro – Verde

Papel – Azul

Latinha - Amarelo

Atividade em grupo:

- Cada grupo confeccionar uma lixeira de acordo com o símbolo recebido;
- Construção de fantoche de papel e apresentação do que entenderam sobre coleta seletiva.

Lanche

Compromisso

- Contar para sua família o que aprendeu no encontro de hoje e junto com eles construir lixeiras para separar o lixo de sua casa;
- Trazer no próximo encontro 02 garrafas pet de 2lts.

3º Encontro

Tema: Reciclar é preservar

Boas Vindas

Apresentação do tema: Através da exposição de alguns brinquedos reciclados. Em seguida sorteia-se os brinquedos e se faz uma partilha para expor o que acharam dos brindes.

Oficina

- Confecção de brinquedos:
 - Jogo da memória;
 - Quebra cabeça;
 - Dama;
 - Vai e vem.

Lanche

Compromisso

- Através da criatividade procurar junto com os pais confeccionar um objeto com o material reciclado.

4º Encontro

Tema: Uso e preservação da água

Boas vindas

Apresentação do tema: Cada criança expressa em forma de palavra ou desenho a importância da água em sua vida. Ao final das exposições de cada criança é apresentado o tema em forma de cartaz.

Desenvolvimento do tema: Através de uma linguagem apropriada para faixa-etária expor o cuidado que devemos ter com a água.

Atividade em grupo I : Dramatizar as seguintes situações:

- Grupo I – Disperdício da água no banho;
- Grupo II – Disperdício da água ao escovar os dentes;
- Grupo III – Disperdício da água lavando calçadas.

Apresentação dos grupos

Discussão sobre a solução para as cenas dramatizadas.

Atividade em grupo II : Confeccionar cartaz expressando o cuidado que devemos ter no uso da água.

Exposição dos trabalhos.

Lanche

Entrega de material adquiridos na CAGEPA (cartilhas e panfletos)

Compromisso

- Distribuir panfletos a (5) cinco vizinhos, expondo o que aprendeu sobre o uso e preservação da água.

5º Encontro

Tema: Meu Planeta = Minha casa: Eu sou responsável

Boas vindas

Apresentação de video:

Partilha do video

Lanche

Avaliação dos encontros: Que bom/ Que pena/ Que tal

Compromisso

- Convidar os moradores para participar do evento É hora de plantar realizado no Conjunto Habitacional Bairro das Cidades.

6ª Encontro

Tema: É hora de plantar

Boas Vindas

Apresentação do projeto para os moradores do conjunto

Entrega de livrinho contendo todos os temas dos encontros (confeccionado pela aluna de Serviço Social Chirlene da Siva Grangeiro) às crianças que participaram do projeto bem como entrega de uma medalhinha em forma de agradecimento e expressando que ao participar do projeto semeando a idéia de preservação da natureza cada criança se mostra um(a) heroi(heroína).

Momento de educação ambiental com Sr Arnaldo Beserra do projeto Adote Uma Arvore

- Explicar a importancia do plantio e preservação de arvores e plantas ornamentais;
- Ensinar como se planta uma árvore.

Distribuição de Mudas

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO 1º ENCONTRO:

ACOLHIDA



DINAMICA DE APRESENTAÇÃO



DINÂMICA DA BOLA



PALESTRA



DINÂMICA VOCÊ AMA O PLANETA?

ATIVIDADE

